

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

CLAUDIA MARCIA FRICKS JORDÃO BELONIA TERRA

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO
ENSINO TÉCNICO, SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES**

SÃO MATEUS – ES

2021

CLAUDIA MARCIA FRICKS JORDÃO BELONIA TERRA

ANÁLISE DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO
ENSINO TÉCNICO, SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e
Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre
em Ciência, Educação e Tecnologia

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da
Silva

SÃO MATEUS – ES

2021

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

T323a

Terra, Claudia Marcia Fricks Jordão Belonia.

Análise do programa de desenvolvimento do ensino técnico, superior e pós-graduação do município de Presidente Kennedy/ES / Claudia Marcia Fricks Jordão Belonia Terra – São Mateus - ES, 2021.

81 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

Orientação: prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva.

1. Ensino profissional - Planejamento. 2. Desenvolvimento. 3. PRODES - PK. I. Silva, José Geraldo Ferreira da. II. Título.

CDD: 378.81

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

CLAUDIA MARCIA FRICKS JORDÃO BELONIA TERRA

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
TÉCNICO, SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
PRESIDENTE KENNEDY/ES**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovado em 31 de agosto de 2021.


COMISSÃO EXAMINADORA

JOSE GERALDO FERREIRA Assinado de forma digital por JOSE
DA SILVA:28531973600 GERALDO FERREIRA DA SILVA:28531973600
Dados: 2021.08.31 19:38:51 -03'00'

Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. Eduardo Morgan Uliana
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Dedico este trabalho a Deus; que me concedeu força e capacidade para desenvolver este trabalho, dedico ainda a minha família, razão de minha existência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, saúde, família e a benção de acordar todos dos dias, e ter a oportunidade de aprender algo mais da vida, agradeço ainda pela paciência e força, sem a quais não teria conseguido realizar mais essa conquista.

A minha família, em especialmente ao meu querido filho e esposo, a quem amo incondicionalmente. A minha irmã pelas palavras de ânimo e amor.

Aos meus companheiros de trabalho pelo estímulo e encorajamento a cada angustia, o meu muito obrigada.

Ao meu Orientador, Professor Doutor José Geraldo Freitas da Silva, agradeço pela orientação que em muito contribuiu para enriquecer o trabalho realizado.

Por fim, agradeço a Faculdade Vale do Cricaré e a Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy- ES, que através do PRODES/ES, permitiu que o sonho de uma formação se concretizasse, muito obrigada.

A cultura forma sábios; a educação, homens.

Lous Bonald

RESUMO

TERRA, CLAUDIA MARCIA FRICKS JORDÃO BELONIA. **Análise do Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Superior e Pós-Graduação do Município de Presidente Kennedy/ES.** 2021. 81 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré (FVC), 2021.

A capacitação e qualificação profissional nos dias atuais é um importante diferencial no que tange ao mercado de trabalho, razão pela qual torna-se relevante ao cidadão possuir uma graduação, vez que a educação profissional possui um relevante papel no desenvolvimento regional ou local, vez que produz conhecimento que se reflete na qualidade de vida do indivíduo e de seu contexto social, sendo então um fenômeno que propulsiona o desenvolvimento econômico e social. Entretanto, o nível superior não está acessível a todos, frente às inúmeras dificuldades quanto ao ingresso em instituição de nível superior. Assim, coube ao Estado a implementação de políticas públicas educacionais de acesso ao ensino superior. Desse modo, o objetivo do presente estudo foi mostrar a importância do programa PRODES – PK para o desenvolvimento do município de Presidente Kennedy, justificando a pesquisa em razão da necessidade de verificar os resultados do programa para o crescimento das pessoas e do Município. A metodologia utilizada foi pesquisa exploratória e a coleta de informações foi realizada através de levantamento bibliográfico junto ao banco de dados disponibilizado pela Comissão do PRODES-PK. Os resultados identificaram que houve um aumento expressivo no número de pessoas com curso superior, proporcionado a 14,5% da população economicamente ativa obter um curso superior. Mas foi identificado que existem muitas fragilidades no programa que precisam ser resolvidas para que ele possa ter sustentabilidade econômica e social. Considerando os recursos envolvidos nesta política pública municipal, bem como a população já contemplada com o programa, entende-se que o PRODES – PK é um investimento forte, uma ação rica em benefícios para com os cidadãos kennedenses, mas que exige um acompanhamento para verificação do fluxo dos resultados desse programa, para que continue contribuindo para o crescimento das pessoas e do Município.

Palavras-chave: Nível Superior. Desenvolvimento. PRODES/PK.

ABSTRACT

TERRA, CLAUDIA MARCIA FRICKS JORDÃO BELONIA. **Analysis of the Program for the Development of Technical, Higher and Post-Graduate Education in the municipality of Presidente Kennedy/ES.** 2021. 81 f. Dissertation (Master's Degree) – Faculdade Vale do Cricaré (FVC), 2021.

The training and professional qualification nowadays is an important differential regarding the labor market, which is why it is relevant for the citizen to have a degree, since professional education has an important role in regional or local development, since it produces knowledge that is reflected in the individual's quality of life and social context, thus being a phenomenon that drives economic and social development. However, higher education is not accessible to everyone, given the numerous difficulties regarding admission to a higher education institution. Thus, it was up to the State to implement public educational policies for access to higher education. Thus, this study seeks to show the importance of the PRODES – PK program for the development of the municipality of Presidente Kennedy, justifying the research due to the need to verify the results of the program for the growth of people and the municipality. The methodology used was exploratory research and the collection of information was carried out through a bibliographic survey and along with the database made available by the PRODES-PK Commission. The results identified that there was a significant increase in the number of people with higher education, providing 14.5% of the economically active population to obtain higher education. But it was identified that there are many weaknesses in the program that need to be resolved so that it can have economic and social sustainability. Considering the resources involved in this municipal public policy, as well as the population already covered by the program, it is understood that PRODES - PK is a strong investment, an action rich in benefits for the citizens of Kennedy, but that requires monitoring for verification the flow of results from this program, so that it continues to contribute to the growth of people and the Municipality.

Keywords: Higher Level. Development. PRODES / PK.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 -** Valores percentuais do grau de escolaridade dos trabalhadores formais, em alguns municípios do sul do Estado do Espírito Santo, no ano de 2016 40
- Figura 2 -** Número de novos bolsistas em cada semestre dos respectivos anos letivos, financiados pelo PRODES/PK, dentre os anos de 2013 a 2020..... 52
- Figura 3 -** Número de novos bolsistas em cada semestre dos respectivos anos letivos, financiados pelo PRODES/PK, dentre os anos de 2013 a 2020..... 53
- Figura 4 -** Total de Instituições e Cursos de Graduação que tiveram alunos bolsistas pelo PRODES/PK, que concluíram seus cursos entre os anos de 2014 a 2020 54
- Figura 5 -** Total de Instituições e Cursos de Pós-Graduação que tiveram alunos bolsistas pelo PRODES/PK, dentre os anos de 2016 a 2020. 54
- Figura 6 -** Total de Instituições e Cursos de Mestrado que tiveram alunos bolsistas pelo PRODES/PK, que concluíram seus cursos entre os anos de 2018 a 2020 55
- Figura 7 -** Total de Instituições e Cursos Técnico que tiveram alunos bolsistas pelo PRODES/PK, que concluíram seus cursos entre os anos de 2018 a 2020 56

LISTA DE TABELA

Tabela 1 -	Número de cursos, matrículas, concluintes, vagas oferecidas, candidatos inscritos e ingressos em cursos de graduação no ano de 2018	26
Tabela 2 -	População em idade ativa, economicamente ativa e ocupada, em alguns municípios do sul do estado do Espírito Santo, no ano de 2010	41
Tabela 3 -	Total de bolsas concedidas pelo programa, entre os anos de 2013 a 2020	46
Tabela 4 -	Total de beneficiários do programa que concluíram seus cursos, entre os anos de 2013 a 2020	48
Tabela 5 -	Número de novos bolsistas e bolsas canceladas, em cada semestre dos respectivos anos letivos, financiados pelo PRODES/PK, dentre os anos de 2013 a 2020	51
Tabela 6 -	Total de bolsistas do programa que evadiram/abandonaram os seus cursos, entre os anos de 2014 a 2020	56
Tabela 7 -	Valores, em reais (R\$), gastos com mensalidades dos bolsistas, beneficiários do PRODES, que evadiram/abandonaram o curso, entre os anos de 2014 a 2020	59
Tabela 8 -	Valores, em reais (R\$), gastos com as mensalidades referentes aos alunos formados em cada período do ano, entre os anos de 2014 a 2020	61
Tabela 9 -	Valores, em reais (R\$), gastos com transporte escolar dos alunos beneficiados pelo PRODES/PK, entre os anos 2015 a 2020	63
Tabela 10 -	Estimativa da duração média dos cursos, valores médios com transporte e com faculdade e custo total por aluno concluinte, desembolsado pelo erário da prefeitura de Presidente Kennedy, por meio do programa PRODES	64

LISTA DE SIGLAS

PNE	Plano Nacional de Educação
TBM	Taxa Bruta De Matrículas
TLE	Taxa Liquida De Escolarização
ProUni	Programa Universidade para Todos
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PRODES	Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Superior e Pós-Graduação
PK	Presidente Kennedy
CF	Constituição Federal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
EXPANDIR	Programa de Expansão das Universidades Públicas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
IGC	Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
INEP	Instituto Nacional de Estudos e pesquisa educacionais Anísio Teixeira
IES	Instituições de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
EaD	Educação à Distância
UAB	Universidade Aberta do Brasil
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
UEG	Universidade Estadual de Goiás
FAPES	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo
PBP	Programa de Bolsa permanência
UEG	Universidade Estadual de Goiás
SOP	Serviço de Orientação Profissional
CNI	Confederação Nacional da Indústria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
2 REVISÃO DE LITERATURA	19
2.1 EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO	19
2.2 DIREITO A EDUCAÇÃO	21
2.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	23
2.4 ENSINO TÉCNICO NO BRASIL	27
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL.....	28
2.5.1 Importância das Políticas Públicas no Brasil	30
2.5.2 Políticas Públicas Federais para as Escolas Públicas	32
2.5.3 Políticas Públicas Federais para as Escolas Particulares	34
2.5.4 Políticas Públicas Estaduais	35
2.6 POLÍTICA PÚBLICA PARA O ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO EM PRESIDENTE KENNEDY/ES	36
2.6.1 O Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Superior e Pós- Graduação – PRODES/PK	37
2.6.2. Contribuições do Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Superior e Pós-Graduação – PRODES/PK para o desenvolvimento sustentável do Município de Presidente Kennedy-ES	39
3 METODOLOGIA	42
3.1 SUJEITOS E AMOSTRA DA PESQUISA.....	43
3.2 COLETA DE DADOS	44
3.3 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	45
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
4.1 QUANTITATIVO DE BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS AOS MUNICÍPIES DE PRESIDENTE KENNEDY ENTRE OS ANOS DE 2013 A 2020.....	46
4.2 FRAGILIDADES E AVANÇOS DO PROGRAMA - PRODES/ES.....	64
4.3 PRODUTO FINAL	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69

REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE A - CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	78
APÊNDICE B - CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA COMISSÃO DO PRODES/PK	79
APÊNDICE C - PRODUTO FINAL: FOLDER INSTITUCIONAL	80

1 INTRODUÇÃO

A capacitação e qualificação profissional nos dias atuais é um importante diferencial no que tange ao mercado de trabalho, e por esta razão, cursar uma graduação, torna-se algo relevante, para aqueles que buscam ingressar no mercado de trabalho.

Quanto ao tema, Dias (2019, p. 6) discorre que:

As mudanças no mundo do trabalho, devido às necessidades humanas na era hodierna, fazem com que haja uma insuficiência de pessoas com habilidades e conhecimentos propícios ao mercado produtivo. Diante do advento de novas exigências para ocupações funcionais, a qualificação profissional passa a ser uma prioridade na assistência ao desemprego contemporâneo.

Não obstante, além de mola propulsora para o mercado de trabalho, a educação profissional possui um relevante papel no desenvolvimento regional ou local, vez que produz conhecimento que se reflete na qualidade de vida do indivíduo e de seu contexto social, sendo então um fenômeno que propulsiona o desenvolvimento econômico e social.

Para Pereira et al. (2016) a universidade por possuir a finalidade de promover a pesquisa científica e tecnológica, possui uma concentração de conhecimento e capital intelectual, sendo então os estudantes universitários potenciais inovadores de conhecimento.

Sobre esse aspecto Pereira et al. (2016, p. 180) afirma que “o impacto econômico e social, resultante de estratégias que atrelam o processo de educação ao de desenvolvimento tecnológico, é notável”.

Ocorre que nem todos os brasileiros possuem condições de acesso a esse conhecimento, frente às inúmeras dificuldades quanto ao ingresso em instituição de nível superior, das quais podem ser mencionadas ao número reduzido de instituições públicas, a concorrência entre os candidatos e as vagas ofertadas, a precária formação na educação básica, a dificuldade na conciliação entre o trabalho e os estudos, fatores estes que representam as dificuldades que a população de baixa renda possui quanto o ingresso em instituições ensino superior pública.

Frente a atual situação, com a publicação da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, políticas públicas foram desenvolvidas e implantadas, com a finalidade de promover o crescimento e desenvolvimento do país através da

educação superior, sendo através desses programas oportunizado à população de baixa renda o acesso ao nível superior, na busca pela qualificação profissional.

Dentre as políticas públicas implantadas para o fomento a Educação Superior, pode ser citado Programas como o Programa de expansão das Universidades Públicas (EXPANDIR)¹ e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criados em 2005, assim como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implantado a partir de 2007, no qual buscam ampliar o número de vagas no ensino superior e permitir o acesso a população de baixa renda a qualificação profissional.

Dias (2019) em estudo de comparação da taxa de desemprego no ano de 2016 em relação ao ano de 2015, aponta que no Brasil no ano de 2016, dados do OCDE revelaram um saldo negativo de 1,6% referente a postos de trabalho. Este resultado pode estar atrelado a qualificação profissional, no qual Antunes (2002) assevera que apesar do capital humano acrescentar as possibilidades para a ocupação funcional, tal circunstância não garante um lugar no mercado de trabalho. Sobre esse aspecto Dias (2019) ainda ressalta que há uma insuficiência de pessoas com habilidades e conhecimentos propícios ao mercado de trabalho.

1.1 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Não há dúvidas de que o desenvolvimento de um país está associado a educação e força de trabalho qualificada (PASTORE, 2010). Sendo então necessário permitir que através do acesso ao nível superior de ensino, as pessoas possam buscar meios de promover sua emancipação intelectual, social e financeira.

Albano, Zanatta e Garcia (2013) pontuam quanto a crescente procura por ensino superior, em detrimento ao reconhecimento da relevância para o desenvolvimento econômico e social, enfatizando que para que haja o desenvolvimento, é imprescindível que se amplie o nível de escolaridade da população.

A Confederação Nacional da Indústria - CNI (2020), destaca que o mercado brasileiro possui um déficit de mão de obra qualificada, e que afim de minimizar tal

¹ Programa de expansão das universidades federais, instituído pelo governo Lula entre 2005-2007, criou 4 novas universidades federais, UFABC, UFGD, UFRB e UNIPAMPA, assim como transformou 6 faculdades federais em universidades: UFTPR, UFVJM, UNIFAL, UFTM, UFCSPA e UNIFERSA.

impacto, as empresas têm promovido a capacitação dos seus trabalhadores, sendo destacado que a baixa qualidade da educação básica é fator predominante no que se refere a dificuldade no aprendizado dos trabalhadores.

Dados do Censo da Educação Superior do ano de 2019 (INEP, 2020) revelam que 8.603.824 alunos foram matriculados no Ensino Superior no ano de 2019, e 1.250.076 alunos concluíram o Ensino Superior no ano de 2019.

Ainda quanto aos dados da educação superior no ano de 2019, o Censo informa que foram abertas 16.425.302 vagas para o ingresso no Ensino Superior, no qual 11.766.371 tratavam-se de vagas novas. Desse modo, foram oferecidas mais de 16,4 milhões de vagas em cursos de graduação, sendo 71,6% vagas novas e 27,7%, vagas remanescentes. A rede privada ofertou 94% do total de vagas, e a pública 5,1%. (INEP, 2020)

Observa-se, então, a existência de um déficit muito grande do total de vagas para a rede pública, em que no ano de 2019, cerca de 3,6 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior, no qual 84,6% desse total foram em instituições privadas, entretanto a oferta de ensino ainda não atinge a todos, principalmente as classes de menor renda (INEP, 2020).

Assim, a fim de intensificar o acesso ao nível superior de ensino, o Governo Federal tem realizado grandes investimentos em políticas de acesso, seja através de ações de forma direta em instituições públicas, quer indireta, através da concessão de bolsas de estudos e linhas de financiamentos, em instituições privadas, visando a aumentar o número de indivíduos com acesso ao ensino superior, bem como melhorar a sua qualidade.

Stolf (2014) analisando o programa Bolsa Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no tocante as políticas governamentais de fomento a Educação Superior, apontou a existência de tendência direcionada a políticas governamentais de assistência estudantil, aplicada nas políticas locais de permanência de estudantes na universidade.

Ferreira (2016) analisou as repercussões do Programa Universidade Para Todos - ProUni na vida profissional dos egressos da Universidade da Amazônia-Unama, localizada em Belém do Pará, sendo então evidenciado aspectos contraditórios que compõem o ProUni. No primeiro aspecto, observou que os investimentos de verbas públicas são direcionados as instituições privadas de ensino superior, acarretando na isenção de impostos e contribuições, além de

identificar as dificuldades e desafios dos egressos no programa, uma vez que o programa concede apenas as bolsas de estudos, a manutenção do estudo fica a cargo dos alunos, pontuando ao final, que existe uma parcela reduzida da população de baixa renda frente ao quantitativo geral de alunos matriculados, o que indica limitação no programa.

Destaca-se que o Programa Universidade para Todos (ProUni), foi criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, a fim de promover a concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais em Instituições de nível Superior, no percentual de 50% e 25 % a estudantes a estudante de baixa renda em instituições privadas de ensino superior (BRASIL, 2005).

Cabe destacar que o Governo Federal tem investido em políticas públicas que permitam o acesso da sociedade nas Instituições de Ensino Superior - IES, seja na esfera pública com a ampliação e reestruturação das Universidades, bem como no sistema privado, através de financiamento estudantil.

Dentre os programas a nível federal, destaca-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI como ação integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, foi instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, tendo início no ano de 2008, e término no ano de 2012, com a finalidade de ampliar o acesso e a permanência na educação superior, em que a meta era dobrar o número de alunos ingressantes nos cursos de graduação (INEP, 2020).

Na esfera estadual, Estados também tem promovido e incentivado o acesso ao Nível Superior de Ensino através de ações de políticas públicas, e o Estado do Espírito Santo é um deles, vez que através da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), com a concessão de bolsas e auxílios de apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação através do programa Nossa Bolsa, que visa a concessão de bolsas de estudo a população que não possui condições de cursar uma graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas do estado (FAPES, 2020).

E nessa linha de ações para promover o desenvolvimento intelectual do cidadão, o Município de Presidente Kennedy, criou o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico do Município de Presidente Kennedy-PRODES/PK.

Desde o ano de 2005, o Município de Presidente Kennedy desenvolve um programa de incentivo ao ingresso ao Ensino Superior e Técnico, por intermédio da

oferta de bolsas de estudos para Cursos Técnicos, Superior, Pós-graduação, Mestrado e Doutorado em diversas áreas do conhecimento.

O PRODES/PK manteve no ano de 2020 cerca de 618 (seiscentos e dezoito) alunos nos diversos níveis de formação propostos pelo programa, com o pagamento integral de mensalidades e custeio do transporte dos estudantes, uma vez que o Município de Presidente Kennedy não dispõe de nenhuma instituição de ensino superior ou escola técnica profissionalizante.

Entendemos que, considerando a escolaridade média da população do Município de Presidente Kennedy, temos grandes desafios. A capacidade de empreendedorismo e criatividade, (bases para inovação e crescimento tanto individual como social) requer conhecimentos providos por uma educação em todos os níveis, universal, sólida, coletiva que permitam a todos envolverem-se para transformar e melhorar a cidade.

Desse modo, uma formação intelectual é condição para o desenvolvimento da autonomia do indivíduo, e àqueles que não possuem uma formação integral estão fadados à dependência política daquelas pessoas que dominam o conhecimento.

Desse modo, através de leitura prévia realizada do Planejamento Estratégico do Município de Presidente Kennedy 2018-2035, e possível evidenciar as propostas para o desenvolvimento de Presidente Kennedy, no qual se pautam em ações inovadoras de gestão pública, que intencionem à população para os promissores investimentos a serem implantados no Município, tais como a instalação do Porto Central, no qual ensejará no recebimento de vultosos investimentos, seja na indústria e no comércio.

Assim, o PRODES – PK é uma ação rica, um investimento forte, mas que exige um acompanhamento para verificação do fluxo, dos resultados desse programa para o crescimento das pessoas e do Município. Importa destacar que ainda não houve estudo para analisar se beneficiários concluintes do PRODES/PK atuam em suas respectivas áreas de formação dentro ou fora do Município de Presidente Kennedy e qual impacto desse nível intelectual de formação para o desenvolvimento do município.

Sendo então relevante a resposta para a seguinte pergunta: Qual é a contribuição do PRODES/PK para o Município de Presidente Kennedy-ES?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar como o programa PRODES – PK está contribuindo para o desenvolvimento do Município de Presidente Kennedy-ES.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os avanços e fragilidades do programa desde sua criação;
- Identificar o quantitativo de beneficiados do programa que já conseguiram concluir seus cursos
- Identificar os custos médios por aluno e por curso para que o beneficiário obtenha seu diploma
- Identificar o quantitativo de alunos que abandonaram o curso e os recursos financeiros perdidos nestes casos
- Elaborar um folder institucional no programa, revelando a importância/relevância desse investimento para o desenvolvimento do Município de Presidente Kennedy/ES.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

A educação é um mecanismo que permite preparar o indivíduo a participar da sociedade, permitindo ainda mudanças no aspecto pessoal, e social, a fim de participar ativamente da democracia (SANTANA, 2019).

Saviani (2011) discorre que a educação propicia o desenvolvimento do ser humano, sendo apontado pelo autor que a escola possui importante função social, vez que permite a elaboração do saber, através de um processo de transmissão e assimilação de conteúdo, que é transmitido no ambiente escolar.

Nesse mesmo contexto, Dias (2019) pontua que a escolaridade é considerada um elemento essencial para o desenvolvimento do homem, no qual é indispensável para assegurar a competência econômica, resultando em aumento de riqueza social e rendimento individual.

Correia (2016) destaca também que o caminho para promover a transformação e o desenvolvimento social de um país, é a educação, sendo ofertada de forma gratuita e de qualidade, a fim de oportunizar a todos o conhecimento, sendo o liame de construção de uma sociedade menos desigual, sendo o Estado, o guardião da educação como direito.

Rapini (2007) pontua que as Universidades têm se tornado fonte de conhecimento e de evolução para os setores industriais. Promovendo, a qualificação profissional do cidadão, contribuindo para o crescimento de seu intelecto, o que indiretamente interfere em seu cotidiano e dos que estão a sua volta.

Tendo em vista tal concepção, Audy e Morosini (2006) apud Pereira et al. (2016, p. 188), destaca que:

“A Universidade no Brasil tem como principais objetivos a geração e transmissão do conhecimento, a realização de pesquisas de qualidade e atividades de extensão e, cada vez mais, passou a reconhecer, ainda que tardiamente, a importância do caráter inovador e empreendedor para fomentar o seu compromisso com a sociedade.”

Correia (2016) pressupõe que em sociedades diferentes, surgem problemas dos mais variados, e sendo ainda a educação pública não assegurada a todos, é um problema que prescinde de solução, em razão de entender que é por meio da educação que, podem ocorrer mudanças.

Pereira et al. (2016) ainda acentua que, o pensamento inovador está intimamente ligado ao desenvolvimento de possibilidades de crescimento profissional e social, vez que contribui para a geração de novas empresas, empregos e renda.

O impacto que as ações públicas de fomento à educação possuem na formação profissional da população é crescente, e como consequência tem aumentado o número de profissionais com formação superior no mercado de trabalho, porém ainda há muito a ser adequado com vista ao desenvolvimento do país.

Porém, conforme descrito por Pereira et al. (2016, p. 181):

“a importância da Universidade para a sociedade é inquestionável, entretanto, é necessário que os mecanismos de interação entre universidade, mercado e sociedade sejam constantemente revistos e aprimorados, de forma a possibilitar o desenvolvimento econômico e social.”

Para Santos e Freitas (2010) a educação superior possui o potencial de promover o conhecimento, vez que é através da formação e qualificação profissional, que ocorre a externalização do crescimento econômico sustentável, no qual também ocorre o desenvolvimento social, que tem por base a difusão dos diversos meios intelectuais de conhecimento.

Para Goergen (2019) a educação tem se incorporado ao significado de capacitação, preparo e aptidão para o exercício e o desempenho profissional, de tal forma que o saber e conhecimento, se revelam em qualificação e competência.

Tornar-se inegável atrelar a educação como geradora de conhecimento, formação intelectual e consequentemente bem-estar, importando dizer que não se tratar de algo que apenas contribui para o desenvolvimento do indivíduo de forma isolada, vez que, através da consolidação de linhas de pesquisa, ocorre o progresso tecnológico e científico, tendo por elemento capaz de fortalecer, modificar, transformar e desenvolver a sociedade de uma forma geral, e principalmente a região promotora do conhecimento.

2.2 DIREITO A EDUCAÇÃO

A educação é um direito intrínseco do cidadão, sendo ainda necessária para que sejam usufruídos outros direitos, de forma isolada ou mediante a participação das relações sociais, através de um posicionamento crítico frente as realidades sociais, de forma a ser entendida como uma forma de prática emancipatória, promovendo a todos uma sociedade livre, justa, solidária e inclusiva.

Desta forma, a Constituição Federal consagrou o direito a educação como fundamental, nos termos do art. 6º, no qual foi conferida a educação, o atributo de eficácia e efetividade, não podendo ser subjugada pelo Estado.

Ocorre que sendo o Estado responsável por garantir a educação pública, o que se constata é uma falha nesse processo, acarretando então na permissão para que agentes privados explorem a educação, para fins de fonte de lucro, sendo a responsabilização de garantir o acesso gratuito à educação de qualidade um grande desafio para o Estado (GOERGEN, 2019).

Santana (2019) pontua a importância da educação no processo democrático, enfatizando a fundamental atuação da educação no processo de humanização e da conscientização humana. Para o autor é através da educação que o indivíduo compreende e se envolve no processo social, passando a participar das relações sociais.

Importa dizer que a educação é a dimensão estruturante da cidadania, e é por meio dela que as pessoas se emancipam e desenvolvem o senso crítico para sua atuação nos espaços sociais, econômicos, políticos e culturais, agregando assim, significado e valor a vida de todas as pessoas.

Wertheim (2006) apud Santana (2019, p. 280) afirma que a “educação, nessa linha, proporciona a eliminação da linha que divide direitos civis e políticos e apaga a divisão entre direitos econômicos, sociais e culturais”.

Sobrinho (2013, p. 109) afirma que a “educação é um bem público e direito social, pois tem como finalidade essencial a formação de sujeitos e, por consequência, o aprofundamento da cidadania e da democratização da sociedade”.

Assim, resta evidenciado que a educação é a principal formadora de cidadãos conscientes e aptos a impulsionar o desenvolvimento social e conseqüentemente o econômico da sociedade.

Isto posto, quanto a menção de que a Educação é considerada um bem público, tal afirmativa se faz no entendimento de que é através dela, que pode ocorrer a melhoria da sociedade, vez que desperta no indivíduo a consciência crítica, devendo então, o Estado ser o responsável pela promoção do acesso de todos a educação.

Sobre esse aspecto, McCowan (2020) ressalta que a educação é considerada um direito de todos, conforme já expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no qual também abarca, através do art. 26, o direito a educação superior ser acessível a todos (ONUBR, 1948).

Assim, o que expressa a declaração é que o acesso aos estudos superiores deve ser amplo, com respeito a igualdade, sendo então entendido com um direito universal, no mesmos parâmetros que o ensino fundamental e médio (MCCOWAN, 2020).

Desta forma, o direito à educação superior, deve ser aplicado de uma forma geral e estar disponível ao longo da vida do indivíduo, no qual a educação superior permite um nível especial de desenvolvimento intelectual e coletivo.

No Brasil, a educação é um direito garantido em consonância ao art. 205 da Constituição Federal, no qual é considerada um elemento indispensável a integridade do indivíduo, principalmente no que tange a atuação social, no que tange ao fundamento de que a informação e o conhecimento produzidos pela educação são elementos que permitem a inclusão das pessoas no contexto social e principalmente no mercado de trabalho.

É necessário destacar que quando o legislador, ao resguardar a educação nos termos do art. 205 da Constituição Federal, pretendeu assegurar o pleno desenvolvimento do indivíduo, a fim de que possa exercer a cidadania, e se qualificar para o mercado de trabalho.

Sobre esse aspecto Santana (2019, p. 302) pontua que a educação é o “mecanismo essencial no preparo do indivíduo para a participação na realidade social, com reais chances de possibilidade de mudança no entorno social e consigo mesmo participando ativamente da vida democrática”.

McCowan (2020, p. 14) ainda ressalta que a educação superior deve ser entendida como um “direito no sentido de que deve ser disponibilizada a todos, mas também deve ser considerado um privilégio, no sentido de que é uma oportunidade

preciosa que deve ser aproveitada o mais completamente possível e depois usada para o benefício da sociedade”.

Todavia, o acesso à educação superior não se torna algo tão fácil, não bastando apenas o desejo de estudar, existem inúmeras barreiras que devem ser superadas pela população, questões de cunho social, econômico, familiar que acabam por impedir o exercício do direito a educação em sua plenitude.

Cabendo nesse aspecto, ao Estado atuar para minimizar as barreiras quanto ao acesso a educação superior. Sobre esse aspecto Goergen (2019, p. 13) destaca que:

O desafio a ser enfrentado é o de pensar um sistema nacional de educação que, com apoio e colaboração dos Entes Federados, tenha potencial de contribuir para a construção de um sistema social e econômico menos assimétrico. Estados e municípios mais competem que colaboram entre si, prejudicando a instituição de políticas públicas nacionais construtivas no campo da educação. Disso se deduz que o primeiro passo a ser dado é discutir em profundidade a natureza do Estado brasileiro, pois é claro que já não bastam medidas jurídicas, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que tanto podem significar avanço na proteção jurídica do direito à educação, quanto promover a lógica economicista da educação.

Ocorre que não, cabe não apenas a União a promoção de políticas voltadas ao acesso à educação superior, mas também podem os estados e municípios, nos limites de sua capacidade orçamentária, abarcar o custo com o acesso ao nível superior de sua população, de tal modo que ocorra a transformação individual, social e econômica.

Todavia, o município poderá arcar com o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, desde que possua capacidade financeira que suporte tal ônus.

2.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

De acordo com Panizzi (2004), a partir dos anos 90, houve maior desenvolvimento das instituições de Ensino Superior no Brasil, no qual procuraram atender ao mercado que requeira profissionais qualificados, concomitantemente em que procurava instituir sua própria identidade enquanto sistema de educação, analisado atualmente como uma das mais valiosas constituições do Brasil republicano.

Atualmente o Ensino Superior no Brasil é ofertado por Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Superiores e Centros de Educação Tecnológica, podendo ser públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos. Nessas Instituições, são ofertados três tipos de Graduação: Bacharelado, Licenciatura e Formação Tecnológica. Quanto aos cursos de Pós-graduação estes podem ser desmembrados em Lato sensu; Especializações e Master of Business Administrations - MBAs; e, Stricto sensu; Mestrados e Doutorados (PORTAL BRASIL, 2020)

Além do ensino presencial, em que o educando necessita ter uma assiduidade mínima de 75% nas aulas e ter aprovação nas avaliações, também é ofertado o Ensino Superior à Distância (EAD). Quanto ao ensino superior ofertado a distância, o educando emprega tecnologias de comunicação diversas, a partir das mais clássicas até as mais atualizadas como recursos gráficos, apostilas, telefones, aulas por meio da televisão, computador e internet, disponibilizado pela Instituição que oferta, sendo permitido ao aluno administrar seus horários de aula de acordo com sua disponibilidade.

De acordo com Gomes; Machado-Taylor e Saraiva (2018, p. 114-115)

A oferta do Ensino Superior no Brasil vem sendo estimulada, nos últimos anos, pela formação de novas modalidades de Instituições, como é o caso dos Centros Universitários; de novas formas de ensino, como é o caso da educação a distância; com a ampliação das formas de acesso, além do vestibular tradicional, tais como: o ENEM e a avaliação seriada do ensino médio; e, novas estratégias de acesso e permanência de estudantes, como é o caso dos programas: PROUNI, FIES, REUNE E UAB.

Importa destacar que, além do acesso ao ensino superior, outra preocupação está na qualidade no ensino, vez que com a abertura de muitas instituições, o ensino pode acabar sendo comprometido, assim, o Governo Federal possui métodos de avaliação, dentre eles, o fundamental indicador é o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição – IGC, publicado pelo INEP que possui por finalidade avaliar a instituição de ensino superior, possuindo também a apuração através dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, que possui por finalidade avaliar o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em comparação aos conteúdos estabelecidos nas diretrizes curriculares.

Cunha (2000, p. 45) adverte que:

O modelo histórico do ensino superior no Brasil, em seus primórdios, foi preocupado mais com a formação profissional do que com a geração de novos conhecimentos. Contudo, nas décadas de 60 e 70, acompanhando o modelo desenvolvimentista que permeou as políticas públicas, a universidade foi vista como um possível espaço privilegiado para a produção de um conhecimento necessário para o fortalecimento do Estado nacional.

Do que se observa é que o contexto histórico da educação com relação ao ensino superior, era voltado a priori para a formação profissional, contudo, com o passar do tempo, houve a necessidade de reformulação a fim de ampliar o ensino para a produção de conhecimento voltado para formação além do indivíduo, sendo um espaço para crescimento intelectual e social.

A educação a partir da realização de um estado da arte, é reconhecida como um campo interdisciplinar, envolto de estudo e pesquisa, que permite a descoberta do saber. Sendo então imprescindível destacar como está sendo reconhecido esse campo em dados estatísticos.

Na Tabela 1 está apresentado o resumo do Censo Escolar do Ensino Superior no Brasil, para o ano de 2018 (INEP, 2019). A Tabela aponta dados acerca do quantitativo de cursos, matrículas, concluintes e vagas oferecidas, discriminando a origem das vagas, se Pública, Federal, Estadual, Municipal ou pela rede Privada.

Com base nesta tabela, pode-se verificar que o número de cursos oferecidos pela rede privada de ensino superior é expressivamente maior do que toda a rede pública de ensino superior, a exceção dos cursos de licenciatura, onde a oferta de cursos na rede privada se equivale à oferta da rede pública.

Com relação ao número de matrículas, observa-se também, um número expressivo de matrículas na rede privada, inclusive nos cursos de licenciatura, ou seja, apesar do número de cursos serem próximos, na rede privada ocorreu mais matrículas do que na rede pública.

Ainda com relação à Tabela 1, observa-se que o número de concluintes na rede privada foi praticamente quatro vezes maior do que a rede pública. Desta forma verifica-se que a rede privada coloca muito mais profissionais no mercado de trabalho do que a rede pública.

Com relação ao número de vagas, verifica-se que a rede privada ofereceu 15 vezes mais vagas do que toda a rede pública de ensino superior. Desta forma, pode se afirmar que a rede privada vem se adequando para absorver a demanda por

vagas no ensino superior, enquanto que a rede de ensino superior pública ficou retraída, sem condições de se expandir.

Tabela 01. Número de cursos, matrículas, concluintes, vagas oferecidas, candidatos inscritos e ingressos em cursos de graduação no ano de 2018.

Cursos / Matrículas / Concluintes / Vagas / Inscritos / Ingressos / Categoria Administrativa	Total Geral				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Número de Cursos	37.962	22.737	7.415	7.810	-
Pública	10.526	5.528	3.785	1.213	-
Federal	6.503	3.689	2.130	684	-
Estadual	3.442	1.482	1.475	485	-
Municipal	581	357	180	44	-
Privada	27.436	17.209	3.630	6.597	-
Matrículas	8.450.755	5.689.335	1.628.676	1.098.066	34.678
Pública	2.077.481	1.261.979	612.427	168.526	34.549
Federal	1.324.984	866.021	355.794	77.308	25.861
Estadual	660.854	322.194	241.222	88.750	8.688
Municipal	91.643	73.764	15.411	2.468	-
Privada	6.373.274	4.427.356	1.016.249	929.540	129
Concluintes	1.264.288	801.798	250.453	212.037	-
Pública	259.302	158.800	77.179	23.323	-
Federal	156.918	104.115	43.531	9.272	-
Estadual	85.886	42.291	30.133	13.462	-
Municipal	16.498	12.394	3.515	589	-
Privada	1.004.986	642.998	173.274	188.714	-
Vagas Total	13.529.101	6.825.799	2.803.766	3.876.095	23.441
Pública	835.569	433.166	288.807	90.375	23.221
Federal	468.861	271.138	141.341	39.053	17.329
Estadual	267.720	114.164	104.258	43.406	5.892
Municipal	98.988	47.864	43.208	7.916	-
Privada	12.693.532	6.392.633	2.514.959	3.785.720	220
Vagas Novas	9.858.706	4.567.341	2.181.786	3.090.082	19.497
Pública	649.726	338.773	216.430	75.244	19.279
Federal	354.635	210.906	98.923	30.705	14.101
Estadual	214.629	93.201	79.272	36.978	5.178
Municipal	80.462	34.666	38.235	7.561	-
Privada	9.208.980	4.228.568	1.965.356	3.014.838	218

Fonte: Censo Escolar INEP (2019)

Assim, finalizando, pode-se verificar que as maiores demandas e consequentemente ofertas de vagas ocorreram para os cursos de bacharelado, seguidos do tecnólogo e por último a licenciatura.

2.4 ENSINO TÉCNICO NO BRASIL

O artigo nº 1 do decreto 5.154/04 cita que “A educação profissional técnica de nível médio [...] será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio”. (BRASIL, 2004). Nesse sentido, o Governo Federal tem investido em ações voltadas para a educação profissional e tecnológica, a fim de permitir a expansão no que tange a oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional, sendo então editada pelo Governo a Lei nº 12513, de 2011, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Importa mencionar que a Educação Profissional e Tecnológica, está integrada a educação básica e à educação superior, vez que possui por finalidade de promover o desenvolvimento de jovens e trabalhadores, a fim de incentivar o preparo através da qualificação para o trabalho.

Os modos de articulação, de acordo com Brasil (2004) são:

§ 1º. A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - **integrada**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - **concomitante**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III - **subsequente**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (Grifo nosso)

Oliveira e Cossio (2013) citam que a educação profissional está sendo oferecida por intermédio de instituições públicas e privadas, de forma regular (por meio de programas e cursos), alguns deles através do apoio financeiro de empresários interessados em qualificação e mão de obra, bem como pelo governo.

Na educação profissional e tecnológica está articulada a educação de jovens e adultos, a educação especial e a educação a distância (EaD), visando alcançar um público ainda maior, além dos Cursos de Formação Inicial e Continuada, Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos Superiores de Tecnologia.

Como exemplo destas instituições, pode-se citar o “Sistema S”, constituído por instituições como o SENAI, SENAC, SESC e SENAT, voltados para a educação profissionalizante em determinados nichos do mercado. Citam-se também as escolas públicas, que oferecem ensinamentos técnicos e tecnológicos, como o curso de Técnico em Edificações e Técnico em Segurança do Trabalho. Destacam-se também as instituições privadas, que hoje oferecem um grande número de cursos educacionais profissionalizantes.

Este tipo de formação permite ao aluno ingressar no mercado do trabalho com uma formação que não seja realizada em uma universidade, no qual o discente recebe o diploma em menos tempo do que em uma graduação plena, e pode exercer sua profissão com direitos semelhantes ao aluno graduado.

Nesse aspecto, Dias (2019) aborda que é através da educação profissional que boa parte do mercado admite o indivíduo qualificado para o exercício de sua profissão, vez que o mercado necessita de pessoas qualificadas.

Assim, é possível se deparar com o crescimento do ensino técnico, a partir do fato de que por ser um curso de tempo reduzido, se comparado a graduação, atrelado ao fato de que os salários e direitos semelhantes aos graduados.

Dias (2019) em estudo sobre a relevância da qualificação profissional para a sociedade, aponta para uma expansão nos últimos anos da formação e qualificação de pessoas através dos cursos técnicos.

Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2020) no ano de 2019 o Brasil atingiu cerca de 1,9 milhões de matrículas na educação profissional, estando incluídos nesses dados os cursos técnicos integrados ao ensino médio e a educação de jovens e adultos – EJA, que são ofertados de forma concomitante ou subsequente ao ensino médio.

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

O termo política pública pode ser entendido como a ação do Estado, em razão das suas atribuições e responsabilidades, em regular a vida no contexto social, no que tange as relações de direito e deveres (JESUS, 2016). No mesmo sentido, Moraes (2010) afirma que para um Estado alcançar o desenvolvimento, deve fomentar a educação.

Brocco (2017) ao discorrer sobre políticas públicas voltadas a educação, afirma que no Brasil, tais ações visam oportunizar os estudantes de camadas econômicas menos favorecidas, o acesso em cursos de graduação, a fim de reduzir as desigualdades sociais.

Para Debastini, Flach e Mattos (2018) o desenvolvimento socioeconômico de uma população está relacionado à educação disponibilizada aos cidadãos, no qual nos países com maior crescimento são os que investem em políticas educacionais, visando permitir ao cidadão o conhecimento e qualificação técnica às pessoas.

O Governo Federal, através de ações de políticas públicas, tem ampliado o acesso ao ensino superior, tornando-se, então relevante destacar que políticas públicas, conforme menciona Souza (2006, p.21), são “capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população”.

Assim, a atuação do Estado é de fundamental importância quanto à eficiência das políticas públicas, e é nesse sentido, que durante anos o Governo Federal tem fomentado a educação a todos, criando programas que visem oportunizar a população de baixa renda o acesso ao nível superior de ensino.

A partir do ano de 2007, implantou-se no Brasil políticas educacionais de acesso ao ensino superior, através da criação de vários programas para a expansão do ensino superior, compreendendo as Universidades Públicas e Particulares, dois quais se destacam o Programa Universidade para Todos (ProUni), o programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a criação de Institutos Federais da Educação Superior (IFES), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que auxilia a ampliação do acesso à educação superior à distância, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

No que tange ao acesso à educação através de políticas públicas, Correia (2016, p. 35) pontua que:

Com este sentimento que percebe a complexidade de pensar a educação do Brasil, por suas particularidades regionais, por seu histórico de atrasos e por sua composição federativa, reconhece avanços tangíveis, embora, ainda precisem desdobrar em estruturas mais consolidadas em favor do direito a uma educação de qualidade que envolva inclusive e cada vez mais uma articulação entre a educação básica e superior buscando reais condições de acesso e permanência, principalmente, para aqueles que por

motivos diversos apresentam dificuldades de seguir em instituições de ensino até a devida conclusão de seus cursos, é que se propõe no emaranhado das normas e limites da federação, conformado com o precedente necessário da colaboração que municípios, estados e União possam formular alternativas para que do infantil ao superior, o Estado consiga garantir com êxito esse tão reverberado direito.

Para Jesus (2016) a educação superior requer maior atenção do Estado, em razão de sua capacidade de reverter conhecimento em bens e serviços à sociedade, por intermédio da formação dos profissionais, ou através da produção científica e tecnológica.

2.5.1 Importância das Políticas Públicas no Brasil

O número de matrículas na educação superior cresceu nos últimos anos em decorrência da exigência do mercado de trabalho quanto à qualificação, todavia, em razão de ser restrita a uma população específica, o Governo tem adotado medidas que visem ampliar o acesso da população de baixa renda ao nível superior.

Além da exigência para o mercado de trabalho, a educação promove o desenvolvimento de uma consciência crítica, do intelecto, permitindo ao indivíduo atuar na sociedade e promover melhorias sociais. Desse modo, conforme menciona Correia (2016), visando garantir o acesso e permanência da população de baixa renda no ensino superior, é necessário promover políticas públicas, que visem desburocratizar o acesso dos que necessitam.

Assim, garantir o acesso ao ensino superior através de políticas públicas, visando criar meios para que os estudantes possuam condições de ingressar e permanecer até a conclusão da graduação, é considerada uma política pública fundamental e importante para a redução das desigualdades.

Nesse aspecto, Paula et al. (2013) apud Pereira et al. (2016, p. 189) discorre que “o conhecimento se desenvolve dinamicamente, e a geração de riquezas pode se dar através do conhecimento produzido por arranjos institucionais entre organizadores do conhecimento, tais como universidades, indústrias e agências governamentais”.

Corroborando esse entendimento a UNESCO (1999, p. 340) já afirmava que “quanto mais o saber se torna uma força produtiva mais o ensino superior deverá dar uma contribuição visível à economia e à sociedade”.

No que tange as políticas públicas voltadas a Educação Superior, a partir da década de 1990, no Brasil houve intenso debate a fim da democratização do Ensino Superior, visando a acessibilidade às instituições universitárias a toda a população, resultando na ampliação do acesso ao ensino superior, por meio da autorização de implantação de novas Instituições Ensino Superior Privado.

No ano de 2001, através do Plano Nacional de Educação – PNE (2020), houve a fixação de metas visando o aumento de investimentos em educação, bem como a ampliação do número de estudantes na Educação Superior, que corresponde as metas 12, 13 e 14, estando atualmente as metas compreendendo o período de 2014 a 2024.

A meta 12 indica a taxa bruta de matrícula na educação superior, no qual busca a elevação para 50% (cinquenta por cento), além da taxa líquida que deve ser elevada para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos. Além disso, a meta ainda assegura que a qualidade da oferta e expansão do ensino deve atingir no mínimo 40% (quarenta por cento) das novas matrículas. Ocorre que dados apresentados no portal do PNE (2020), apontam que a taxa bruta de matrículas na graduação (TBM), cuja meta é de 50%, está em 30,3%, e a taxa líquida de escolarização na graduação (TLE), cuja meta é de 33%, atualmente corresponde a 20,2%, o que apresenta um notório um déficit de vagas no ensino superior.

A meta 13 indica a qualidade da Educação Superior, ampliando a proporção de mestres e doutores do corpo docente da educação superior em exercício para 75% (setenta e cinco por cento), no qual o mínimo é 35% (trinta e cinco por cento), e na atualidade está em 69,5 % (sessenta e nove virgula cinco por cento) de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior. Ocorre que a Meta 13 apresentou no Relatório do 3º Ciclo de monitoramento das metas os seguintes dados:

“A proporção de mestres e doutores em efetivo exercício na docência da educação superior, preconizada pela Meta 13, já foi atingida. O percentual de mestres ou doutores, que deveria alcançar 75%, em 2024, registrou 81,3%, em 2018; enquanto o percentual de doutores atingiu 44,1%. No entanto, o Relatório aponta desigualdades de acordo com a localização territorial, as características das instituições e dos próprios docentes.” (MEC, 2020)

No tocante a meta 14, trata da pós-graduação, a fim de elevar o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* para atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores, todavia no Relatório do 3º Ciclo de monitoramento das metas, verifica-se que o Brasil já superou a meta, traçada pelo PNE, de 60 mil títulos anuais de mestrado até 2024, atingindo 64,4 mil títulos, já quanto aos cursos de doutorado, a marca de títulos anuais atingida foi de 22,9 mil, em 2018.

Sobre esse aspecto, considerando que o objetivo da Meta 14 é de 25 mil títulos de doutorado por ano, até 2024, evidencia-se que a capacidade atual do sistema de pós-graduação precisará ser ampliada, ao menos no que se refere aos cursos de doutorado.

2.5.2 Políticas Públicas Federais para as Escolas Públicas

Especialmente no que tange à educação superior, o governo federal visando garantir o acesso da população a qualificação, implantou ações que possibilitassem não apenas o ingresso, mas a permanência da população nos cursos de nível superior, no qual a atuação do governo nas instituições públicas de ensino visa fortalecer sua estrutura, para que cumpram seu papel social.

Dentre as políticas públicas criadas pelo governo, no ano de 2006, foi editado o Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, que dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, a fim de promover o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com o objetivo de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País (BRASIL, 2006).

Moraes (2010), apud Debastiani; Flach e Mattos (2018, p. 2), discorrem que “ao ofertar cursos superiores as mais diversas regiões do país, através da Educação a Distância – EaD, proporcionou que grupos sociais muitas vezes excluídos, [...] tivessem a oportunidade de obter um título de graduação”.

Hernandes (2017) pontua que a Universidade Aberta do Brasil é uma importante política pública que visa promover a expansão dos cursos de graduação na modalidade à distância, e por consequência a redução da disparidade quanto a oferta de cursos nas regiões do país. Assim, Educação a Distância – EaD ganhou destaque no que diz respeito à expansão do ensino superior no Brasil, que vigora até os dias atuais (CAPES, 2021).

A UAB é uma parceria entre as instituições de Ensino Superior (IFES, CEFETs e IES Estaduais) com os sistemas de ensino estadual e municipal, a fim de promover a oferta de cursos para a população que possui dificuldades de acesso à formação universitária, tendo como ferramenta a modalidade de educação a distância – EAD (Barros, 2015).

No ano de 2007, através do Decreto nº. 6.096 de 24 de abril de 2007, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, no qual a finalidade é implantar condições a fim de ampliar o acesso e permanência dos alunos na educação superior, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, é importante vez que proporciona às universidades federais condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no qual as ações do programa versam para o aumento de vagas nos cursos de graduação, ainda abarcam a ampliação da oferta de cursos noturnos, bem como a o combate à evasão, com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais no país.

Sobre o REUNI, Correia (2016, p. 61) pontua que:

Neste sentido, especificamente no que se refere à educação superior, fica notório o esforço do governo federal para garantir a ampliação do acesso, conjugado com ações que possibilitem a permanência de modo a combater o ócio e a subutilização das estruturas nas instituições de ensino públicas, fortalecendo-as no propósito de que possam cumprir sua função social. Isso fica claro, logo no primeiro artigo do decreto que cria o REUNI.

No ano de 2010, através do Decreto nº. 7234/2010, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (BRASIL, 2010).

Registra-se que dentre as ações do PNAES, se destaca o combate à evasão e repetência dos alunos, por meio de apoio na graduação presencial nos Institutos Federais de Ensino Superior em assistência à moradia, alimentação, transporte, esporte, cultura, atenção à saúde e apoio pedagógico. Registra-se que o programa está em vigor e apoia a permanência de estudantes de baixa renda que estiverem

matriculados em cursos de graduação presencial em instituições federais de ensino superior.

Além desses programas ainda é ofertado pelo Governo Federal o Programa de Bolsa permanência (PBP), instituído pela Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, que visa a concessão de auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), no qual estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, também são direcionados ao programa os indígenas e quilombolas. O programa visa contribuir para a permanência dos beneficiados até sua formação (BRASIL, 2013).

Dados do MEC (2021) informam que no ano de 2019 cerca de 22.017 estudantes foram atendidos pelo programa, dos quais 8.474 eram indígenas, 6.385 quilombolas e 7.158 apresentaram-se em situação vulnerabilidade socioeconômica, além disso cerca de 188.413 bolsas concedidas e 4.000 novas vagas abertas no programa no ano de 2019.

2.5.3 Políticas Públicas Federais para as Escolas Particulares

Quanto às Instituições privadas de Ensino Superior, houve por parte do governo federal, a promoção de ações a fim de permitir que toda a população tivesse acesso ao ensino superior, cujo início foi partir do ano de 1994, através do governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC, quando se iniciou um processo de ampliação do ensino superior, com a abertura de instituições de ensino superior privadas, no percentual de mais de 140 % (JESUS, 2016).

Há que se destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nos termos do art. 16, estabelece que a educação superior fosse ser ofertada tanto pela iniciativa privada quanto pelo setor público, destacando que a oferta da educação nas instituições privadas é fruto de um processo de concessão e regulação pela União, a quem compete o dever de fiscalizar e avaliar as instituições privadas, vinculadas ao sistema federal de educação, conforme dispõe o inciso IX do art. 9º da LDB.

Assim, foi através da Lei nº Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que foi instituído o Programa Universidade para Todos – PROUNI, que visou regular a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, através da concessão de bolsas de estudos integrais e bolsas de estudo parciais entre 50%

(cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) a estudantes de cursos de graduação e formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Programa visou a abertura de vagas em instituições privadas de ensino superior, e concedida à instituição isenções fiscais, em razão da notória incapacidade do governo de universalizar o acesso à educação (BRASIL, 2005).

Outro programa de relevância, foi o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, cuja finalidade é financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos, e objetivo de ampliar o acesso por meio da rede privada de ensino (BRASIL, 2001).

É importante destacar que o FIES é um dos programas pioneiros implantados pelo Governo Federal destinados ao acesso ao ensino superior, criado desde de 1975, no qual era denominado de Programa de Crédito Educativo, e somente em 2001, através da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, é que houve a reformulação do programa, passando a ser chamado de FIES, programa novamente alterado pela Lei nº 13,530 07 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017).

Torna-se considerar que os programas desenvolvidos pelo Governo Federal contribuíram para a democratização da educação superior, sendo considerada como estratégias de política pública educacional no Brasil (SOUZA et al., 2014).

Dados do MEC (2021) informam a oferta de bolsas de estudo, no qual nos anos de 2016, foram ofertadas 314.125, no ano de 2017 foram 664.030, no ano de 2018, foram 1.077.294 e no ano de 2019, foram concedidas 1.489.224 bolsas.

2.5.4 Políticas Públicas Estaduais

Assim, no mesmo padrão de ações federais, os Estados também promovem ações de inserção de jovens ao ensino superior, como ocorre no Estado do Rio de Janeiro, através do Cederj, que possui por finalidade oferecer cursos de graduação a distância, na modalidade semipresencial, em todo o estado (ASSUMPÇÃO; CASTRO e CHRISPINO, 2017).

Se destacada também o estado de Goiás, que realiza a concessão de bolsas universitárias bem como apoia a criação de uma Instituição de Educação Superior Pública, a Universidade Estadual de Goiás – UEG (VALE et al., 2014).

O Estado do Espírito Santo, também tem apoiado e incentivado o acesso ao nível superior de sua população, seja através do apoio institucional e financeiro a projetos, na concessão de bolsas e auxílios de apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação, além de possibilitar à formação de recursos humanos (FAPES, 2020).

2.6 POLÍTICA PÚBLICA PARA O ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO EM PRESIDENTE KENNEDY/ES

Frente ao entendimento de que as ações de política pública se referem ao conjunto de atividades do Estado voltadas a produção de bens e serviços públicos, bem como para a regulação das relações sociais, políticas e econômicas, a fim de atender as necessidades do indivíduo, com a finalidade de concretização da cidadania, compete aos entes federados analisar sua competência e promover ações que visem a geração e desenvolvimento do conhecimento.

Nesses termos, cidadania deve ser compreendida como um fenômeno histórico e a sua evolução está alinhada a trajetória do indivíduo no tocante a resguardar sua dignidade e os seus direitos, no qual a educação é considerada a propulsora do conhecimento intelectual.

Assim a educação possui relevante importância, na qual é destacada como direito de todos e obrigação da União, Estado e municípios, cabendo a estes promover a sua oferta. Cabe ainda ao Estado, o dever de forma ampla, assegurar o direito à profissionalização e o acesso aos níveis mais elevados de ensino, todavia, não possui norma quanto a garantia de gratuidade a esses níveis de estudo (BRASIL, 1988).

O Município de Presidente Kennedy, frente a arrecadação com os royalties, tem promovido ações de políticas públicas a população, e dentre essas houve a instituição de uma política voltada a qualificação e acesso dos munícipes ao ensino superior.

Sobre esse aspecto Correia (2016, p. 12) pontua que:

“não obstante a um notório esforço do Estado brasileiro, em especial do Governo Federal na busca pela interiorização das universidades públicas, é necessário que a esfera municipal também se mobilize para proporcionar as condições que os jovens precisam para se manterem em curso de graduação até sua conclusão”.

Assim, o Município de Presidente Kennedy, localizado no extremo sul do Estado do Espírito Santo, a fim de promover a cultura e qualificação dos seus munícipes, propiciando condição do exercício pleno da cidadania, adotou uma política social de aplicação dos recursos originados do petróleo através do Programa Municipal de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico – PRODES, por intermédio da oferta de bolsas de estudos para Cursos Técnicos, Superior, Pós-graduação, Mestrado e Doutorado em diversas áreas do conhecimento.

2.6.1 O Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Superior e Pós-Graduação – PRODES/PK

O programa do “PRODES” foi implantado no Município no ano de 2005, vez que o município de Presidente Kennedy a partir do ano de 2004 começou a receber parcelas significativas dos recursos dos Royalties. A Lei Municipal de nº 638 de 05 de maio de 2005, foi criada com o objetivo de incentivar e proporcionar ao cidadão residente no município e que não possuía condições de ingressar em curso de nível superior, a realizar a sua qualificação profissional (PRESIDENTE KENNEDY, 2005).

Todavia, somente por meio da Lei Municipal de nº 890 de 18 de maio de 2010, é que efetivamente o programa começou a ser implantado, visando assegurar a oferta aos munícipes adultos a concessão de bolsas de estudo.

No ano de 2013, a “lei do PRODES” como conhecida pelos cidadãos sofreu novas modificações, sendo então regulamentada pelo Decreto Municipal nº 08/2013, que definiu critérios para concessão do benefício, então exigido que o munícipe que fosse beneficiado deveria comprovar renda per capita de até 02 (dois) salários mínimos, além de comprovar residência no Município pelo período mínimo de 05 (cinco) anos consecutivos.

O PRODES/PK atende 618 (seiscentos e dezoito) alunos nos diversos níveis de formação propostos pelo programa, e entre os anos de 2013 a 2019, formou cerca de 4.973 (quatro mil, novecentos e setenta e três) alunos, atendendo nos dias atuais cerca de 618 (seiscentos e dezoito) que ainda estão cursando o nível técnico, a graduação e a especialização (PRESIDENTE KENNEDY, 2020).

Importa destacar que o custo do referido Programa vem crescendo vertiginosamente a cada ano, dado a crescente procura dos munícipes pela formação e aperfeiçoamento. Devido a este fato, ocorreu então nova adequação das

regras contidas nas normas que regulamentam o PRODES, através da Lei Municipal de nº 1.367/2018, que reformulou da Lei Municipal nº 638/2005, para que o procedimento fosse adequado as necessidades atuais do Programa de Concessão de Bolsas de Estudos (PRESIDENTE KENNEDY, 2018).

A fim de auxiliar os estudantes na escolha do curso de nível profissionalizante, é exigido pela Lei que a Secretaria Municipal de Educação e a Comissão de Avaliação e Controle do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico do Município de Presidente Kennedy desenvolvam Atividade de Educação Vocacional, através do Serviço de Orientação Profissional – SOP. Este serviço foi implementado em 2017, e intensificado em 2018, com a implantação de várias atividades, desde palestras nas escolas, até a convocação dos alunos a participarem de oficinas realizadas no espaço físico do PRODES/PK, acompanhado por uma psicóloga que compõe a comissão.

No ano de 2020, houve a revogação da Lei nº 638/2005 através da Lei nº 1.487, de 27 de agosto de 2020, que tratou de modificar os critérios de concessão das bolsas, das quais se destaca que agora haverá limite para vagas em cursos de graduação, sendo que 50% (cinquenta por cento) delas serão específicas para as áreas destinadas no Planejamento Estratégico Municipal, quais sejam: agropecuária; agroindústria; turismo; logística; petróleo e gás, no qual foi reservado o percentual de 10 (dez por cento) das vagas nos cursos para pessoas com deficiência (PRESIDENTE KENNEDY, 2020).

Já no que tange ao valor a ser custeado pelo Município, para os cursos de graduação ainda será concedido o percentual de 100 % (cem por cento), mas para os cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, o município somente irá custear o percentual de 50 % (cinquenta por cento).

Insta mencionar que os valores aplicados no programa, são derivados dos royalties de Petróleo, permitindo a aplicação desses recursos nas áreas e projetos definidos pelo poder público municipal, que já pagou mais de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na concessão de bolsas de estudos aos munícipes, entre os períodos de 2010 a 2019, vez que somente após essa data e que há registros junto a Comissão do PRODES.

Pela Lei do PRODES/PK, o aluno que pretender cursar a graduação e obtiver o benefício da bolsa de estudos deve comprovar estar inscrito em instituições de ensino superior credenciadas no município, procedimento feito a cada semestre e

em momento anterior a convocação dos munícipes para a inscrição, oportunizando a informação a todos aqueles que pretendem sua qualificação profissional.

A que se destacar que as instituições de ensino superior a serem credenciadas podem ter sede em qualquer lugar, não sendo restrita à sua atuação em âmbito municipal, assim, existem alunos que cursam o nível superior em várias instituições localizadas no Espírito Santo ou em outros estados.

No que tange ao transporte desses alunos, o município, oferta transporte gratuito para alunos que cursam a graduação na Cidade de Cachoeiro de Itapemirim e Campos dos Goytacazes, não sendo amparado pela Lei municipal o transporte de cursos de nível de especialização, devendo este custo ficar a cargo do munícipe.

2.6.2. Contribuições do Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Superior e Pós-Graduação – PRODES/PK para o desenvolvimento sustentável do Município de Presidente Kennedy-ES.

Através dos dados constantes no Planejamento Estratégico do Município de Presidente Kennedy 2018-2035, entre os anos de 2002 a 2015, a estrutura setorial do PIB do Município teve reforços em decorrência do fomento ao setor industrial, tendo como destaque a redução do peso da Administração pública que de 7,9% passou para 1,7%, ocorre que o setor de Serviços se manteve instável no percentual de 20,8%, ao passo que o setor industrial apresentou o percentual de 82,6% do valor adicionado total da estrutura setorial (PRESIDENTE KENNEDY, 2017).

Ainda convém pontuar que no Município de Presidente Kennedy, existem muitos subsetores que estão vazios de emprego formal, especialmente os relacionados a indústria, destacando que a representatividade do Município perante o Estado Espírito Santo, no aspecto de geração de empregos formais, é inexpressiva, vez que ano de 2016, representou cerca de 0,24% do total dos empregos formais em território Estadual.

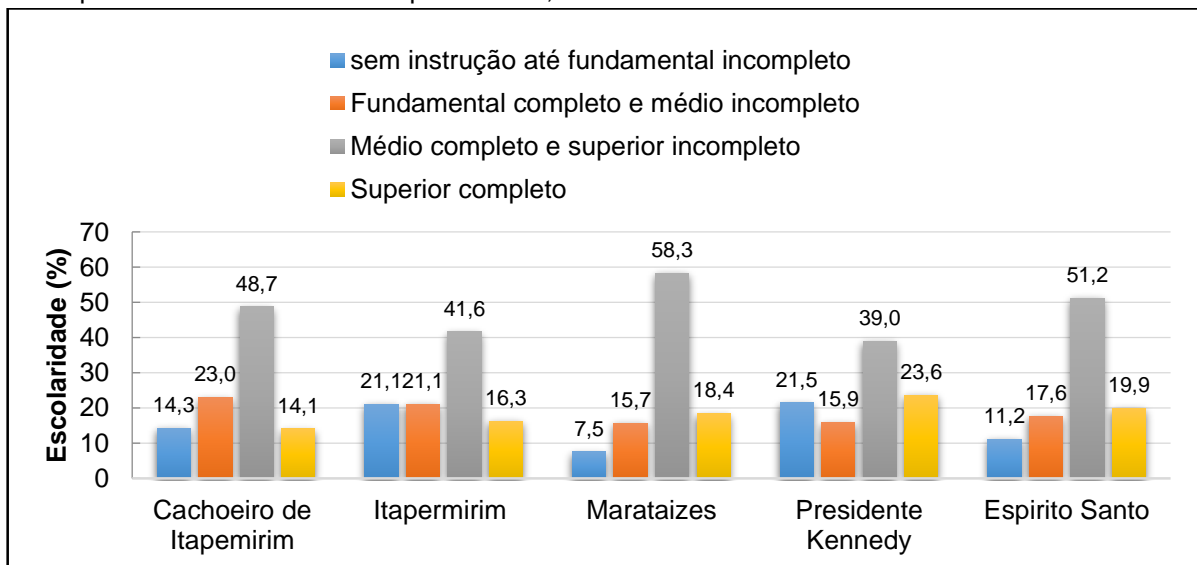
Dados do Planejamento Estratégico do Município de Presidente Kennedy 2018-2035 (PRESIDENTE KENNEDY, 2017) ainda mostram que em termos de empregabilidade, a Administração Pública do Município de Presidente Kennedy, é o setor responsável por 80,2% do total da massa salarial do Município, através da geração de empregos em designação temporária e cargos em comissão.

Importa destacar que a Administração Pública possui 1886 servidores diretos (PRESIDENTE KENNEDY, 2021), o que corresponde a cerca de 18,28 % da população do Município, sendo ainda a Administração Pública responsável pela contratação de mão de obra terceirizada, através da celebração de contratos de prestação de serviços com os mais diversos seguimentos, desde empresas de construção civil a fornecedores de software.

Conforme pode ser observado na Figura 1, no que tange a escolaridade dos trabalhadores formais do Município de presidente Kennedy, cerca de 21,5% de trabalhadores formais não concluíram o ensino fundamental, entretanto, o Município apresenta média elevada de trabalhadores formais possuidores de diploma universitário, alcançando, em 2016, a 23,6%, enquanto que nos municípios e Cachoeiro de Itapemirim; Itapemirim e Marataízes estes valores foram de 14,1%; 16,3% e 18,4% respectivamente. Vale salientar que Presidente Kennedy possui valor superior à média estadual que é de 19,9%.

Ainda na Figura 1, verifica-se que 39,0% da população trabalhadora do município de Presidente Kennedy possuía curso superior incompleto, em 2016, valor bem abaixo da média estadual, que é de 51,2% e que os três municípios considerados na referida figura.

Figura 1. Valores percentuais do grau de escolaridade dos trabalhadores formais, em alguns municípios do sul do Estado do Espírito Santo, no ano de 2016.



Fonte: Presidente Kennedy (2017)

Na Tabela 2, verifica-se que Presidente Kennedy apresentava, no ano de 2010, taxa de atividade de 52,2%, ou seja, 52,2% da população em idade ativa estava economicamente ativa. Desta forma, pode-se dizer que em 2010, cerca de 47,8% da população em idade ativa estava parada. Neste quesito, o município de Presidente Kennedy está abaixo da média estadual que é de 60,8%, porém possui taxa menor do que Cachoeiro de Itapemirim e maior do que Itapemirim e Marataízes.

Ainda com relação à Tabela 2, verifica-se que o município de Presidente Kennedy possui taxa de ocupação de 91,2%, ou seja, 91,2% da população economicamente ativa estava ocupada em 2010. Neste quesito, o município também está abaixo da média estadual que é de 92,7% e abaixo também de Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim, ganhando apenas de Marataízes que possui taxa de ocupação de 91,0%.

Tabela 02. População em idade ativa, economicamente ativa e ocupada, em alguns municípios do sul do estado do Espírito Santo, no ano de 2010

Município	Pop. em idade ativa	Pop. economicamente ativa	Pop. ocupada	Taxa de atividade (%)	Taxa de ocupação (%)
Cacheiro de Itapemirim	163.807	95.456	89.676	58,3	91,8
Itapemirim	26.006	13.169	12.161	50,6	92,3
Marataízes	29.076	14.899	13.565	51,2	91,0
Presidente Kennedy	8.846	4.618	4.212	52,2	91,2
Espírito Santo	3.005.851	1.827.434	1.694.384	60,8	92,7

Fonte: Presidente Kennedy (2017)

3 METODOLOGIA

A investigação utilizou estudos exploratórios, numa perspectiva qualitativa. Apoiaremos nossa metodologia na visão do autor Gil (2007, p. 22) que afirma que os “estudos exploratórios são todos aqueles que buscam descobrir ideias e soluções na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno de estudo”.

Na perspectiva qualitativa, buscou-se, realizar uma análise apurada do ambiente, identificando as características e os fatores implicados naquele caso. Na perspectiva quantitativa, o estudo procedeu a coleta de opiniões, comportamentos, atitudes e reações observadas que após coletadas serviram como amostra estatística que representa e ajuda na confirmação dos resultados. Nesse sentido a abordagem qualitativa e quantitativa, evidenciou os aspectos sociais, econômicos, que contribuem para o desenvolvimento do Município de Presidente Kennedy, atrelado ao fato de que foi utilizado como parâmetro o Planejamento Estratégico Municipal, no qual os dados serão organizados quantitativamente.

Nessa mesma linha de pensamento, Godoy (1995) sugere uma tipologia de pesquisa exploratória quando estamos lidando com problemas pouco conhecidos, o que nos ajuda a aprofundar teoricamente para facilitar a coleta de dados.

Destaca-se ainda como procedimento técnico, a pesquisa bibliográfica, na qual através de fontes escritas disponíveis e de relevância quanto ao conteúdo, o pesquisador pretende obter as referências e informações necessárias sobre o tema proposto, permitindo assim, o embasamento teórico.

Foi utilizado como estratégia da pesquisa o estudo de caso, o qual facilitou a análise qualitativa das situações que desejamos compreender do objeto de estudo, no qual “seu uso é adequado para investigar tanto a vida de uma pessoa quanto a existência de uma entidade de ação coletiva, nos seus aspectos sociais e culturais” (DINIZ, 1999, p. 46).

Esta opção está pautada no perfil do estudo e Gil (2007), nos ajuda a compreender quando diz que esta estratégia visa reunir informações detalhadas e sistemáticas sobre um fenômeno. É um procedimento metodológico que enfatiza entendimentos contextuais centrado na compreensão da dinâmica do contexto real.

Segundo Martins (2008, p. 15) o Estudo de Caso:

“É uma história de um fenômeno passado ou atual, elaborado a partir de múltiplas fontes que pode incluir dados da observação direta e entrevistas sistemáticas. E sustentado por um referencial teórico que orienta questões e proposições do estudo, reúne uma gama de informações obtidas por meio de diversas técnicas de levantamento de dados e evidências”.

Desse modo, o estudo de caso na presente pesquisa foi aplicado visando permitir maior aprofundamento, em especial nos documentos/normas municipais que visem sobre a concessão de bolsas de estudo.

Entendemos que o problema ora investigado possui essas características, ou seja, é uma situação de interesse da comunidade do Município de Presidente Kennedy. Martins (2008) ressalta que o “estudo de caso” possibilita um mergulho profundo e exaustivo em um objeto de estudo delimitado levando a penetração em dada realidade social e que após profunda revisão de literatura muito pode colaborar para solucionar outras situações que porventura possam surgir. Serão utilizados a entrevistas e observação para coleta dos dados que serão categorizados quantitativamente, os quais oferecerão subsídios para as análises qualitativas sobre a temática em estudo.

3.1 SUJEITOS E AMOSTRA DA PESQUISA

O universo amostral da pesquisa será composto do banco de dados e arquivos documentais referentes aos alunos concluintes, beneficiados pelo programa PRODES/PK nos cursos de Nível Técnico e Superior. Para tal foi solicitado autorização do Secretário Municipal de Educação (Apêndice A) e do presidente da Comissão do PRODES/PK (Apêndice B).

Considerando o período em que se iniciou o programa, até final de 2020, verificou-se que o total de beneficiados no programa foi de 4.973 (quatro mil, novecentos e setenta e três) estudantes. Porém verificou-se que os documentos relativos ao programa, só apresentam informações desejáveis nessa pesquisa, a partir de 2014, razão pela qual nos limitaremos anos concluintes do ano de 2014 a 2020. Resta esclarecer que ainda estão cursando a graduação e são beneficiários do programa 618 (seiscentos e dezoito) alunos.

Importa destacar que será realizado o levantamento dos investimentos anuais por aluno, ainda pontuando o quantitativo de alunos evadidos e desistentes, em

todos os níveis de especialização, técnica, superior, pós-graduação, mestrado e doutorado.

3.2 COLETA DE DADOS

Foi utilizada a análise documental e referencial teórico acerca do tema em questão, cuja análise documental foi em relação aos beneficiários do programa, além de levantamento das normas municipais que regulam o programa, como forma investigativa objetivando elucidar a situação problema e trazer a luz questões de relevância. Sendo por Gil (2010) documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc.

Importa destacar que para um estudo de caso, os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos (GIL, 2010).

Assim, as fontes de pesquisa escritas utilizadas para a aplicação da análise documental, foram os atos normativos que respaldam o Município a conceder o benefício, bem como os dados constantes nos arquivos disponíveis nos arquivos da Comissão do Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Superior e Pós-graduação – PRODES, e disponibilizados no Portal da Transparência do Município de Presidente Kennedy.

Para tal, visando à coleta de dados, foi realizado um levantamento das despesas realizadas pelo programa ao longo dos anos em que foi efetivamente implantado, indicando as despesas por item, com a instituição de ensino, as despesas de transporte escolar

Além disso, pretende-se identificar o número de ingressante por ano por curso, o número de concluintes a cada ano por curso, o valor pago por curso, ao portal da transparência e nos arquivos do PRODES, levantamento nos contratos de transporte escolar, o número de desistente por ano, bem como a duração média de cada curso.

Assim, a partir destes dados, foi possível produzir seus indicadores, custo médio anual por aluno, custo médio por aluno por curso (considerando que concluiu o curso em tempo hábil), custo por aluno evadido (considerando os valores não reembolsados).

3.3 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Sendo um estudo de caso, os dados coletados nas observações foram organizados em dados quantitativos que serviram para a análise a que se propõe a temática.

Para Yin (2001, p. 127) a análise de dados em um estudo de casos consiste em "examinar, categorizar, classificar em tabelas ou, do contrário, recombina as evidências tendo em vista proposições iniciais de um estudo".

A intencionalidade do estudo é que após a análise, e interpretação, tenhamos uma vasta e robusta informação quanto a relevância do Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Superior e Pós-Graduação – PRODES/PK para o desenvolvimento do Município de Presidente Kennedy.

Para subsidiar a interpretação dos dados quantitativos, foi utilizada estatística descritiva com auxílio da planilha eletrônica Microsoft Excel. A partir deste software foram geradas as médias e produzidos os histogramas e tabelas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 QUANTITATIVO DE BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS AOS MUNICÍPIES DE PRESIDENTE KENNEDY ENTRE OS ANOS DE 2013 A 2020.

Ao analisar os dados constantes nos arquivos disponibilizados pela Comissão do PRODES/PK, foi possível quantificar o total de bolsas concedidas aos municípes de Presidente Kennedy-ES, seja para a formação em Cursos Técnicos, de Graduação e Pós-Graduação (Especialização lato sensu) e Mestrado, conforme Tabela 3.

Tabela 3. Total de bolsas concedidas pelo programa, entre os anos de 2013 a 2020.

ANO/ SEMESTRE	TÉCNICO		GRADUAÇÃO		PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU		MESTRADO		TOTAL
	BOLSAS	%	BOLSAS	%	BOLSAS	%	BOLSAS	%	
2013/1	26	14,8	150	85,2	0	0,0	0	0,0	176
2013/2	34	10,3	297	89,7	0	0,0	0	0,0	331
2014/1	54	12,1	391	87,9	0	0,0	0	0,0	445
2014/2	42	11,5	324	88,5	0	0,0	0	0,0	366
2015/1	19	3,5	525	96,5	0	0,0	0	0,0	544
2015/2	21	3,2	629	96,8	0	0,0	0	0,0	650
2016/1	14	1,8	775	98,2	0	0,0	0	0,0	789
2016/2	18	2,0	770	85,7	106	11,8	5	0,6	899
2017/1	18	2,0	773	85,7	106	11,8	5	0,6	902
2017/2	20	2,0	833	83,4	133	13,3	13	1,3	999
2018/1	29	3,3	648	74,7	148	17,1	43	5,0	868
2018/2	26	2,9	661	74,1	125	14,0	80	9,0	892
2019/1	2	0,3	532	73,3	122	16,8	70	9,6	726
2019/2	2	0,3	465	71,5	116	17,8	67	10,3	650
2020/1	3	0,4	447	61,3	108	14,8	171	23,5	729
2020/2	3	0,5	378	61,8	48	7,8	183	29,9	612
TOTAL	331	3,1	8.598	81,3	1.012	9,6	637	6,0	10.578

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos do banco de dados da Comissão do PRODES/PK

Importa destacar que as 10.578 bolsas de estudos, refere-se ao quantitativo geral, no qual um mesmo aluno está sendo computado em cada semestre do respectivo ano letivo, durante o total de anos exigidos para a sua formação, uma vez

que, como regra geral adotada pelo Programa, a cada semestre ocorre cadastro e recadastro dos bolsistas, sendo então no ano letivo, o mesmo aluno computado 02 vezes, e assim, se cursou uma graduação de 05 anos, foi computado 10 vezes.

Ao analisar a Tabela 3, é possível evidenciar a evolução temporal do PRODES, do qual se destaca que no curso técnico com o passar do tempo houve uma redução do número de alunos bolsistas nos cursos técnicos, que no primeiro semestre do ano de 2013 representou cerca de 14,8% do total de bolsas naquele ano, entretanto, no segundo semestre do ano de 2020, ficou apenas com o percentual de 0,5% do total de bolsistas. Vale destacar que o número de bolsistas no decorrer dos anos teve oscilação, chegando ao máximo de 999 bolsistas no segundo semestre de 2017, e decrescendo a partir daí, chegando ao segundo semestre do ano de 2020 com o total de 612 bolsistas.

Quanto aos cursos de Graduação, no decorrer do período de 2013 a 2020, iniciou com a representatividade de 85,2% do total das bolsas ofertadas naquele ano, atingindo um máximo de 98,2% das bolsas oferecidas no ano de 2016. No segundo semestre do ano de 2020, os cursos de graduação estavam representando 61,8% do total das bolsas. Considerando o total do período estudado, 81,3 % das bolsas, foram destinadas aos cursos de graduação.

Ainda com relação à Tabela 3, verifica-se que os cursos de pós-graduação só começaram a ser contemplados, com bolsas, a partir do segundo semestre de 2016, representando, neste ano 11,8% das bolsas concedidas. Estes cursos atingiram uma cota máxima de 17,8% da disponibilidade de bolsas no semestre de 2019/2. Já no segundo semestre de 2020, apenas 7,8% das bolsas foram destinadas aos cursos de pós-graduação. Considerando todas as bolsas concedidas, no período analisado, verifica-se que 9,6% das bolsas foram destinadas para beneficiários fazerem um curso e pós-graduação.

Por fim, com relação à Tabela 3, no segundo semestre de 2020, das 612 bolsas disponibilizadas pelo programa, 3 (0,5%) foram para estudantes do curso técnico, 48 (7,8%) para estudante de cursos de pós-graduação, 183 (29,9%) para estudantes de mestrado e 378 (61,8%) bolsas destinadas aos estudantes de cursos de graduação. Ainda com relação ao total das 10.578 bolsas disponibilizadas pelo programa, ao longo de todo o período estudado, 3,1% destas bolsas foram destinados aos cursos de nível técnico, 6,0% para os cursos de mestrado, 9,6%

para os cursos de pós-graduação e em sua maioria, 81,3% para os cursos de graduação.

Na Tabela 4 pode ser observado o número de alunos que se formaram, no decorrer os anos de 2014 a 2020. Evidencia-se que 927 beneficiados pelo programa conseguiram concluir seu curso, sendo que 59 (6,3%) concluíram o curso técnico, 668 (72,0%) concluíram o curso de graduação, 134 (14,4%) concluíram o curso de pós-graduação e 66 (7,1%) deles concluíram o curso de mestrado. Aqui vale salientar que durante os estudos, não se atentou em procurar identificar se algum beneficiário fez mais de um curso, com o apoio do programa.

Tabela 4. Total de beneficiários do programa que concluíram seus cursos, entre os anos de 2013 a 2020.

SEMESTRE/ ANO	TÉCNICO		GRADUAÇÃO		PÓS GRADUAÇÃO		MESTRADO		TOTAL
	ALUNOS	%	ALUNOS	%	ALUNOS	%	ALUNOS	%	
2014/1	9	37,5	15	62,5	0	0,0	0	0,0	24
2014/2	15	25,9	43	74,1	0	0,0	0	0,0	58
2015/1	7	11,3	55	88,7	0	0,0	0	0,0	62
2015/2	10	10,4	86	89,6	0	0,0	0	0,0	96
2016/1	0	0,0	11	100,0	0	0,0	0	0,0	11
2016/2	1	2,0	43	84,3	7	13,7	0	0,0	51
2017/1	1	5,9	12	70,6	4	23,5	0	0,0	17
2017/2	6	6,6	75	82,4	10	11,0	0	0,0	91
2018/1	3	4,1	30	40,5	40	54,1	1	1,4	74
2018/2	4	16,0	105	60,0	6	24,0	0	0,0	115
2019/1	2	4,0	44	88,0	1	4,0	2	4,0	49
2019/2	1	0,9	70	60,3	41	35,3	4	3,4	116
2020/1	0	0,0	29	35,8	18	22,2	34	42,0	81
2020/2	0	0,0	50	61,0	7	8,5	25	30,5	82
TOTAL	59	6,3	668	72,0	134	14,4	66	7,1	927

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos do banco de dados da Comissão do PRODES/PK

Importante destacar também que o programa iniciou com a disponibilização de bolsas, no primeiro semestre de 2013 e, no primeiro semestre de 2014, já começou a surgir os primeiros concluintes de curso. Isto nos remete ao fato de que muitos alunos tiveram o subsídio da bolsa somente em parte do curso, principalmente no curso técnico e de graduação. Pode-se verificar, também, que o programa só começou a disponibilizar bolsas para os cursos de pós-graduação, a

partir do segundo semestre de 2016 e, já neste mesmo período verificou-se bolsistas concluintes. Desta forma, estes estudantes também foram beneficiados parcialmente no decorrer do seu curso, ou seja, conseguiram as bolsas quando já haviam cursado parte do programa de ensino.

Do que se destaca, nesta tabela, é o grande percentual destinado de bolsas para os cursos de graduação, que começou em 2014 com o percentual de 62,5 %, tendo se levado ao longo do ano e para o ano de 2016, chegou a marca de 100% das bolsas serem destinadas a apenas aos cursos de graduação, após oscilou nos anos seguintes e para o ano de 2020, novamente elevou-se ao percentual de 61%.

Ao passo que no curso técnico, as bolsas de estudo tiveram o percentual de 37,5 %, mas com o passar do tempo, foram caindo, e no ano de 2019, representou apenas 0,9 % do total das bolsas.

Verifica-se também que o curso de mestrado teve seu início no segundo semestre de 2016, porém os primeiros concluintes só surgiram no primeiro semestre de 2018. Isto é de se esperar, uma vez que o curso de mestrado tem duração de 24 meses. Observa-se, também, na Tabela 4, que o curso de mestrado foi o responsável por 42,0 e 30,5% dos concluintes no primeiro e segundo semestres de 2020, respectivamente.

Ao analisar com mais detalhes a Tabela 3, pode-se verificar que em média foram disponibilizadas 537 bolsas por semestre, para cursos de graduação e na Tabela 4 pode-se verificar que foram registrados 48 concluintes por semestre, nestes cursos de graduação. Porém é bom lembrar que um curso de graduação tem duração entre 8 e 10 períodos. Ou seja, um aluno que iniciou uma graduação no primeiro período de 2013, ele só vai concluir seu curso no segundo período de 2016 ou posterior.

Conforme Censo do IBGE de 2010 existia em Presidente Kennedy 7.873 pessoas com idade para cursar o ensino superior, ou seja, pessoas com 15 anos ou mais (IBGE, 2021). Assim, o programa PRODES contribuiu para que 9,2% desta população conseguisse obter um curso técnico ou curso superior e para que 2,5% obtivessem um curso de pós-graduação ou mestrado. Desta forma, este programa, até o ano de 2020 beneficiou 11,7% da população que tinha idade para cursar um curso superior.

Se considerarmos a população economicamente ativa, com base ainda no Censo do IBGE de 2010, que naquela época era de 4.618 habitantes, o PRODES contribuiu para que 14,5% desta população obtivessem um curso superior.

Estes valores foram obtidos considerando que cada habitante só foi beneficiado uma vez pelo programa. Neste estudo não se preocupou em verificar se algum habitante foi beneficiado mais de uma vez pelo PRODES.

Ainda com relação aos dados do Censo 2010 do IBGE, verifica-se que neste ano o IBGE registrou a existência de 410 pessoas com um curso superior completo, enquanto que a população estimada naquela época era de 10.314 habitantes. Assim naquela época havia aproximadamente 4,0% da população com curso superior completo. Conforme Tabela 4, o programa PRODES favoreceu que 668 habitantes, de Presidente Kennedy, concluísse um curso superior entre os anos de 2013 e 2020 e segundo o IBGE a população atual estimada é de 11.658 habitantes. Desta forma, este programa proporcionou que aproximadamente 5,7% desta população conseguisse o título de um curso superior, em uma instituição de ensino, custeando as bolsas e o transporte escolar destes indivíduos.

Assim, comparando os dados do programa PRODES, com os dados do Censo de 2010 do IBGE, este programa, foi capaz de qualificar para o mercado de trabalho 150% mais profissionais com curso superior, em um período de oito anos de existência do que o que existia no ano de 2010. Porém, não se sabe se todos eles estão exercendo a profissão.

Estes dados mostram a relevância social deste programa para o desenvolvimento pessoal de seus habitantes, para a sustentabilidade econômica e o desenvolvimento municipal, uma vez que a região está em franca fase de expansão em suas atividades econômicas, pois se vê notificando a chegada de vários empreendimentos de grande porte no município, os quais vão demandar mão de obra qualificada, e o município vem preparando e qualificando seus habitantes para entrarem neste mercado de trabalho.

Na Tabela 5 podem ser observadas as novas adesões ao programa e bolsas canceladas, a partir de sua criação em 2013. Considerou-se como bolsa cancelada, aquelas bolsas que por um motivo ou outro deixaram de aparecer no número de bolsas contratadas, sejam elas por falta de candidatos ou por evasão escolar, naquele semestre considerado. Entende-se por novas bolsas, aquelas que foram adicionadas, ao programa, em relação ao semestre anterior.

Tabela 5. Número de novos bolsistas e bolsas canceladas, em cada semestre dos respectivos anos letivos, financiados pelo PRODES/PK, dentre os anos de 2013 a 2020.

Período	Técnico		Graduação		Pós-graduação		Mestrado	
	Novos	Canceladas	Novos	Canceladas	Novos	Canceladas	Novos	Canceladas
2013/1	26	0	150	0	0	0	0	0
2013/2	8	0	147	0	0	0	0	0
2014/1	20	0	94	0	0	0	0	0
2014/2	0	3	0	52	0	0	0	0
2015/1	0	8	244	0	0	0	0	0
2015/2	9	0	159	0	0	0	0	0
2016/1	3	0	232	0	0	0	0	0
2016/2	4	0	6	0	106	0	5	0
2017/1	1	0	46	0	7	0	0	0
2017/2	3	0	72	0	31	0	8	0
2018/1	15	0	0	110	25	0	30	0
2018/2	0	0	43	0	17	0	38	0
2019/1	0	20	0	24	3	0	0	10
2019/2	2	0	0	23	0	5	0	1
2020/1	2	0	52	0	33	0	108	0
2020/2	0	0	0	40	0	42	46	0
TOTAL	93	31	1245	249	222	47	235	11

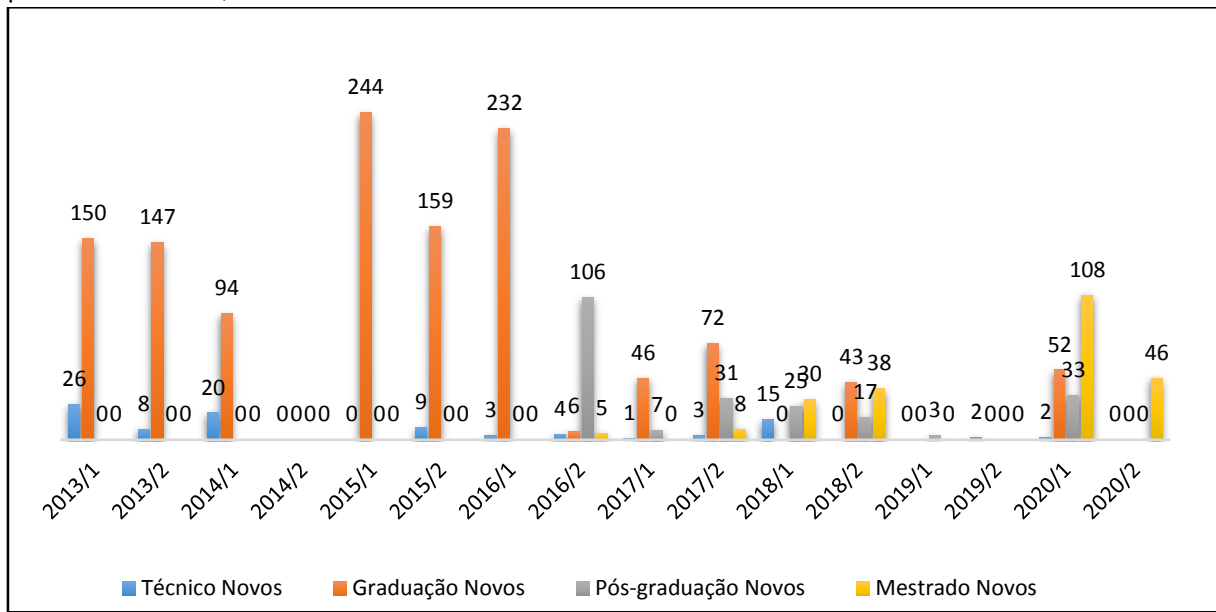
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos do banco de dados da Comissão do PRODES/PK

Os dados desta tabela mostram principalmente que o programa não tinha um número fixo de bolsas, mas que atendia, sob demanda dos cidadãos interessados. Como se podem observar as maiores demandas por novas vagas surgiram nos cursos de graduação, com 1.245 novas vagas, seguido dos cursos de mestrado, com 235 novas vagas; curso de pós-graduação, com 222 novas vagas e a menor demanda ficou para os cursos técnicos com apenas 93 novas vagas.

Vale também chamar atenção para o número de baixas de contratos de bolsas. Observa-se que nos cursos técnicos foram identificados 31 cancelamentos de contratos, o que representa aproximadamente 31% das novas contratações, nos cursos graduação verificam-se 249 cancelamentos de contratos, representando 20% das novas contratações. Nos cursos de pós-graduação, identificaram-se 47 cancelamentos, o que representou aproximadamente 21% dos novos contratos. Com relação aos cursos de mestrado foram identificados 11 cancelamentos de bolsas, representando aproximadamente 5% dos novos contratos. Assim, verifica-se que foram identificadas 1.795 implementações de novas bolsas e 338 cancelamentos de bolsas ao longo do período analisado.

Deste modo, a Figura 2, representa o quantitativo de novos bolsistas em cada semestre, por nível de qualificação, no qual se destaca o percentual de bolsas destinadas a graduação.

Figura 2. Número de novos bolsistas em cada semestre dos respectivos anos letivos, financiados pelo PRODES/PK, dentre os anos de 2013 a 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos do banco de dados da Comissão do PRODES/PK

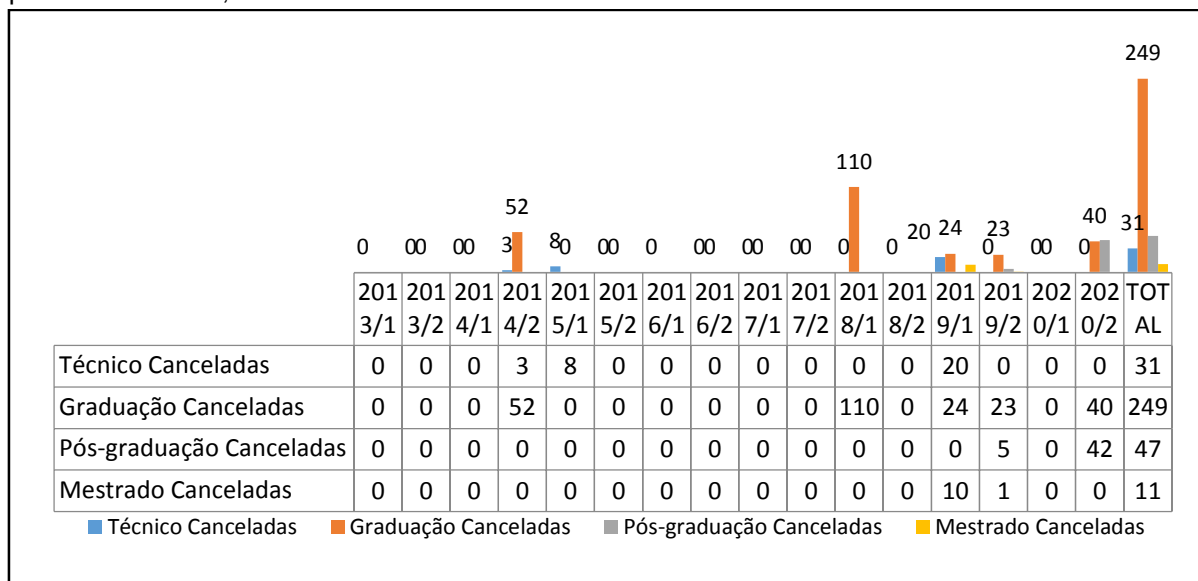
Deste modo, a Figura 3, representa o quantitativo de bolsistas que cancelaram a bolsa em cada semestre, por nível de qualificação, no qual é possível destacar que o aumento do número de cancelamentos foi considerável no ano de 2014, 2018. Observa-se que o maior número de cancelamentos de bolsas ocorreu nos cursos de graduação, com 249 cancelamentos, seguido pelos cursos de pós graduação, com 47, cursos técnicos com 31 e os cursos de mestrado com 11 cancelamentos.

Nas Figuras 4, 5, 6 e 7 são apresentados o computo de instituições e de cursos referem-se aos alunos concluintes para cada ano, não sendo dos alunos que ainda estavam cursando os seus respectivos cursos. Desta forma, trata-se de uma análise de quantas instituições e cursos os alunos que se formaram estavam vinculados.

Na Figura 4 são apresentados os quantitativos de instituições e cursos em que estes beneficiados do programa concluíram os cursos de graduação. Observe que o número de instituições envolvidas no programa PRODES/PK variou ao longo

do período. Como mostra esta figura, verifica-se que o número máximo de instituições envolvidas no programa foram 9, no segundo semestre de 2017 e o mínimo foi de uma instituição no primeiro semestre de 2016. O número de cursos também foi bastante variado, isto porque também o número de concluintes também variou muito ao longo dos anos. Vale ressaltar que um curso pode ter sido computado várias vezes, pois neste caso, computou o número de cursos em cada instituição sem se distinguir a área do mesmo.

Figura 3. Número de novos bolsistas em cada semestre dos respectivos anos letivos, financiados pelo PRODES/PK, dentre os anos de 2013 a 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos do banco de dados da Comissão do PRODES/PK

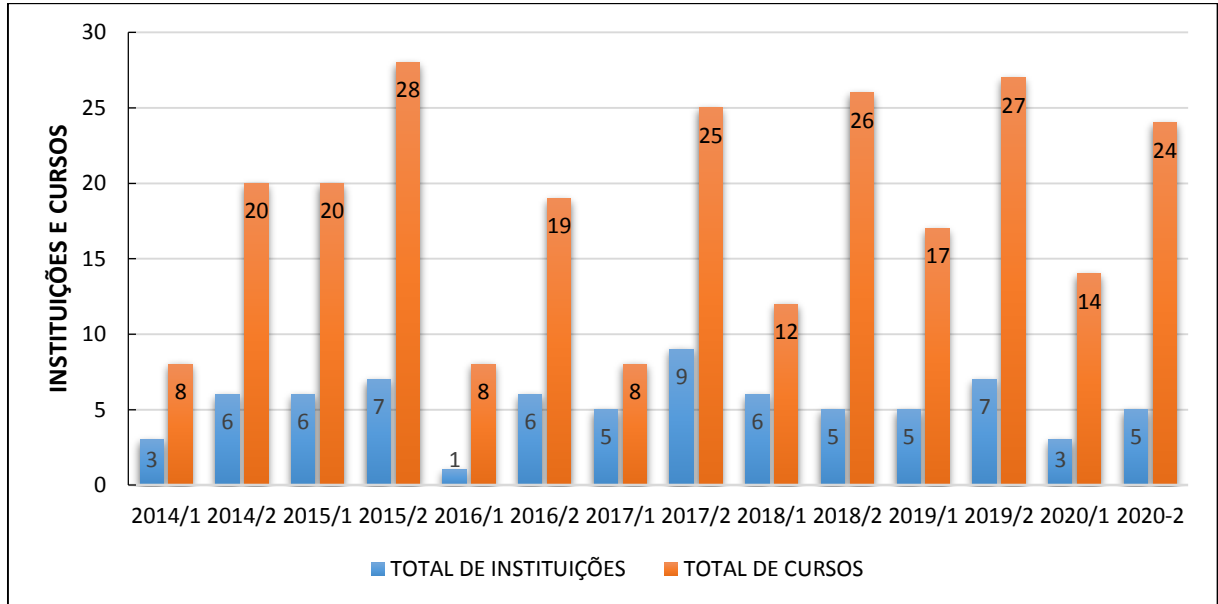
Verifica-se, nesta figura, que o máximo de cursos registrados ocorreu no segundo semestre de 2015, identificando-se 28 cursos, época em que se obteve 96 concluintes (Tabela 4).

Na Figura 5 tem-se o quantitativo de instituições e cursos de origem dos formandos nos cursos de pós-graduação. Como se podem observar, os cursos de Pós-Graduação começaram ter concluintes a partir dos os anos de 2016. Os dados revelam que o máximo de instituições e cursos ocorreram no segundo semestre de 2019, envolvendo 5 instituições e 13 diferentes cursos de pós-graduação. No primeiro semestre de 2018, verifica-se que houve 40 formandos (Tabela 4), envolvendo 3 instituições e 5 cursos.

Resta esclarecer que, apenas entre os anos de 2018 e 2019 é que houve um número expressivo de alunos formandos nos cursos de Pós-Graduação, o que no

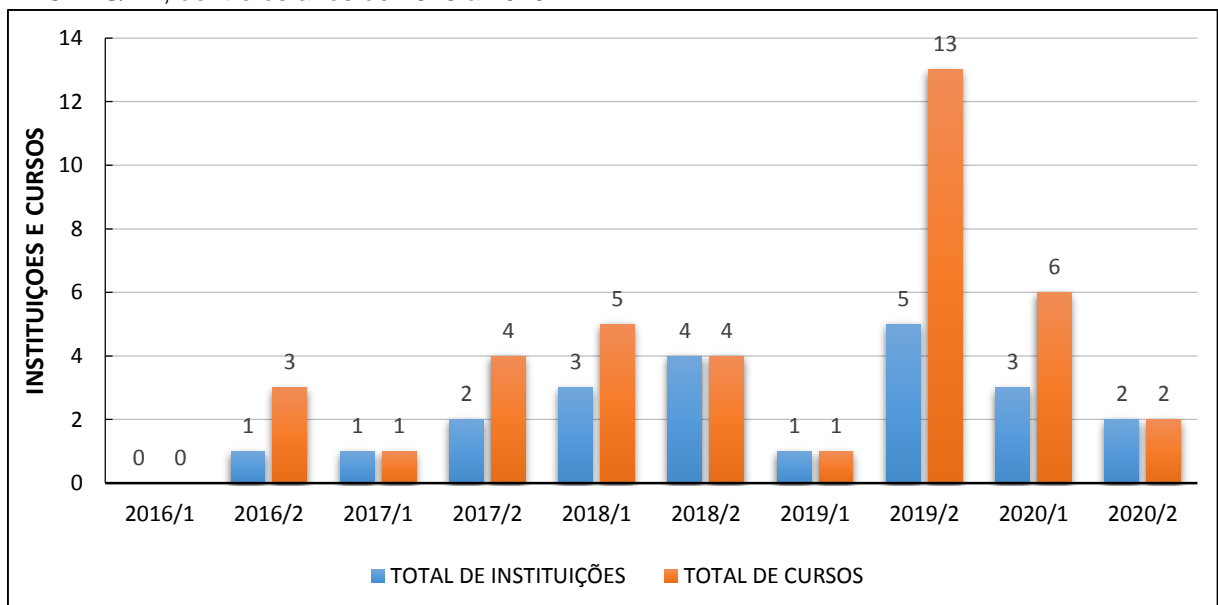
segundo semestre do ano de 2019, representou 41 alunos formados (Tabela 4), envolvendo 5 instituições em 13 diferentes cursos.

Figura 4. Total de Instituições e Cursos de Graduação que tiveram alunos bolsistas pelo PRODES/PK, que concluíram seus cursos entre os anos de 2014 a 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos do banco de dados da Comissão do PRODES/PK

Figura 5. Total de Instituições e Cursos de Pós-Graduação que tiveram alunos bolsistas pelo PRODES/PK, dentre os anos de 2016 a 2020.

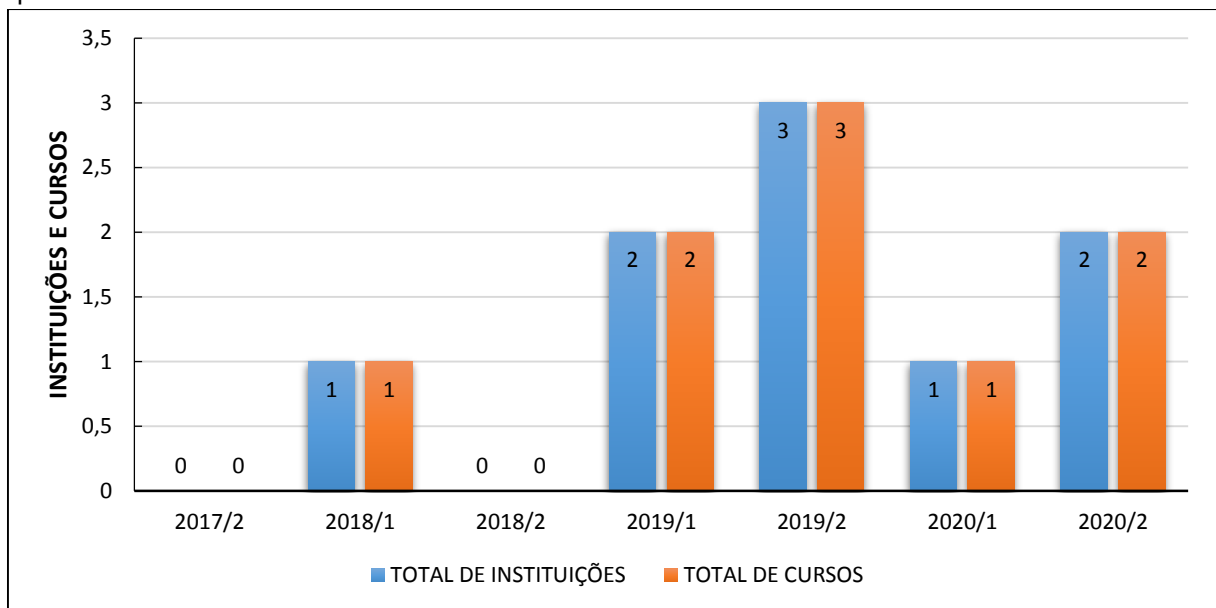


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos do banco de dados da Comissão do PRODES/PK.

Na Figura 6 têm-se os quantitativos de instituições e cursos relacionados aos concluintes dos cursos de mestrado. Verificam-se, nesta figura, que nos cursos de

mestrado são identificados apenas três instituições e três cursos. Apesar do número de concluintes no mestrado representar mais de 30% do total de alunos, no ano de 2020 (Tabela 4), verifica-se que no primeiro semestre deste ano apenas foi identificado apenas 1 instituição e 1 curso e, no segundo semestre identificou-se 2 instituições e 2 cursos. Desta forma pode-se afirmar que os mestrandos estão concentrados em um menor número de cursos do que na pós-graduação.

Figura 6. Total de Instituições e Cursos de Mestrado que tiveram alunos bolsistas pelo PRODES/PK, que concluíram seus cursos entre os anos de 2018 a 2020.



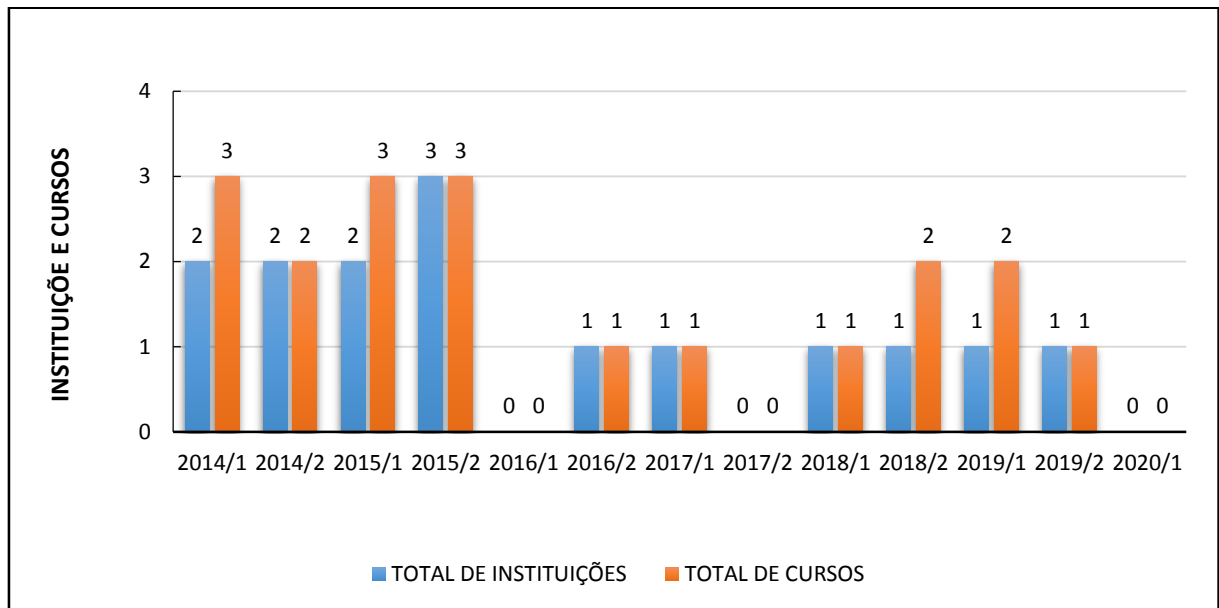
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos do banco de dados da Comissão do PRODES/PK

Na Figura 7 tem-se o número de instituições e cursos que atenderam os bolsistas de nível técnico. Verifica-se que no início do programa, existiam duas instituições de ensino e 3 cursos técnicos. Mas a partir de 2016, foi identificada apenas uma instituição de ensino que ofereceu dois cursos técnicos. Isto se deu provavelmente pela baixa demanda por parte dos candidatos à bolsa e também provavelmente pela baixa oferta de cursos técnicos na região.

O número de bolsistas que abandonaram seus cursos, também foi investigado e está apresentado na Tabela 6. Como se pode verificar, durante o período considerado, 454 dos beneficiados pelo programa abandonaram seus cursos. Como se pode observar 93,4% das evasões/abandonos foram de beneficiados que frequentavam cursos superiores. Nos demais níveis de cursos, a desistência foi relativamente pequena.

Certamente, as facilidades do curso custeado com bolsa do município e a gratuidade de transporte escolar motivaram muitas pessoas a se inserirem no programa. Muitas destas pessoas entraram nos cursos sem se quer pensar ou procurar apoio para proceder as escolhas que qual curso seria melhor de acordo com seu perfil e anseios.

Figura 7. Total de Instituições e Cursos Técnico que tiveram alunos bolsistas pelo PRODES/PK, que concluíram seus cursos entre os anos de 2018 a 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos do banco de dados da Comissão do PRODES/PK

Tabela 6. Total de bolsistas do programa que evadiram/abandonaram os seus cursos, entre os anos de 2014 a 2020.

SEMESTRE/ ANO	TÉCNICO		GRADUAÇÃO		PÓS GRADUAÇÃO		MESTRADO		TOTAL
	ALUNOS	%	ALUNOS	%	ALUNOS	%	ALUNOS	%	
2014	3	7,9	35	92,1	0	0,0	0	0,0	38
2015	1	2,6	38	97,4	0	0,0	0	0,0	39
2016	1	0,9	113	99,1	0	0,0	0	0,0	114
2017	0	0,0	34	100,0	0	0,0	0	0,0	34
2018	3	3,7	78	96,3	0	0,0	0	0,0	81
2019	4	3,7	92	84,4	6	5,5	7	6,4	109
2020	0	0,0	33	86,8	0	0,0	6	13,2	38
TOTAL	12	2,6	423	93,4	6	1,3	13	2,6	454

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos do banco de dados da Comissão do PRODES/PK

Muitas podem ser as causas destas desistências, problemas pessoais e familiares, dificuldades de conciliar o curso com o trabalho, dificuldades de acompanhar o curso devido à sua complexidade nas disciplinas, entre outros, conforme mencionados por Tonon (2020).

Do total de alunos que abandonaram o curso, o Município de Presidente Kennedy investiu o valor de R\$ 6.249.415,48 (seis milhões, duzentos e quarente e nove mil, quatrocentos e quinze reais e quarenta e oito centavos), conforme pode ser observado na Tabela 7.

Como se pode observar, nesta tabela, o maior gasto com abandono de curso foi verificado nos cursos de graduação, com R\$5.929.255,24 (cinco milhões, novecentos e vinte nove mil duzentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), representando aproximadamente 95% da despesa total com estes alunos. em segue vem o mestrado com aproximadamente 3% deste valor e os cursos de pós-graduação e técnico com aproximadamente 2%.

Com relação ao valor médio por aluno que abandonou o seu curso, verifica-se que o maior valor médio foi para os cursos de mestrado, seguido do curso de pós-graduação e técnico. É importante esclarecer que aqui existem vários fatores que determinaram este custo médio. Entre eles pode-se citar, principalmente, o valor das mensalidades que varia para cada nível de curso e o tempo em que o aluno frequentou seu curso antes de abandoná-lo.

Considerando o total de alunos que abandonaram seus cursos (Tabela 6) e o valor total pago pelo erário público para manter estes bolsistas estudando até o momento da evasão, o custo médio destes bolsistas foi de R\$13.765,23 (treze mil setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos).

Verifica-se, também, nesta tabela, que em 2020 houve uma redução significativa no número de desistência/evasão dos cursos, conforme se pode observar pelos valores gastos com mensalidades destes alunos. Convém destacar esta redução está relacionada ao novo regime jurídico do PRODES, Lei Municipal nº 1.487, de 27 de agosto de 2020, no qual prevê que o bolsista que for desligado do programa, deverá restituir o valor integralmente investido pelo município, devidamente atualizado e, caso haja inadimplência, este indivíduo será inscrito em dívida ativa do município.

Há se destacar que, para os anos de 2014 a 2018, para os Cursos de Pós quanto de Mestrado, não há informações no PRODES se houveram ou não alunos

beneficiados pelo Programa, razão pela qual não constam valores lançados para esses anos.

Tabela 7. Valores, em reais (R\$), gastos com mensalidades dos bolsistas, beneficiários do PRODES, que evadiram/abandonaram o curso, entre os anos de 2014 a 2020

SEMESTRE/ ANO	TECNICO		GRADUAÇÃO		PÓS		MESTRADO		TOTAL
	TOTAL	POR ALUNO	TOTAL	POR ALUNO	TOTAL	POR ALUNO	TOTAL	POR ALUNO	
2014	7.428,00	2.476,00	392.394,00	11.211,26	-	-	-	-	399.822,00
2015	1.859,82	1.859,82	245.674,08	6.465,11	-	-	-	-	247.533,90
2016	2.212,20	2.212,20	935.779,98	8.281,24	-	-	-	-	937.992,18
2017	-	-	338.365,60	9.951,93	-	-	-	-	338.365,60
2018	22.392,00	7.464,00	1.501.166,52	19.245,72	-	-	-	-	1.523.558,52
2019	40.028,70	10.007,18	2.220.062,28	24.131,11	30.066,00	5.011,00	147.024,00	21.003,43	2.437.180,98
2020	-	-	295.812,78	8.964,02	-	-	69.149,52	11.524,92	364.962,30
MÉDIA		4.803,84		13.214,39		5.011,00		21.003,43	
TOTAL	73.920,72		5.929.255,24		30.066,00		216.173,52		6.249.415,48

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos do banco de dados da Comissão do PRODES/PK

Ainda convém destacar que existem variações de valores, pois estes estão atrelados aos valores das mensalidades pagas às Instituições de Ensino, no período pelo qual o aluno estava vinculado, uma vez que o cálculo teve por base o a soma de todos os períodos que os alunos estavam matriculados até a data do abandono, e que conforme dados do PRODES, existem algumas Instituições que ainda concederam descontos aos alunos integrantes do Programa, razão pela qual existem diferenças de valores.

A exemplo desta variação destaca-se o ano de 2016 em que 113 alunos evadiram/abandonaram os seus cursos, cujo valor total com estes foi de R\$ 935.779,98 (novecentos e trinta e cinco mil, setecentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos), já no ano de 2019, destaca-se que 92 alunos evadiram/abandonaram os seus cursos, proporcionado um gasto de R\$ 2.220.062,28 (dois milhões, duzentos e vinte mil, sessenta e dois reais e vinte e oito centavos). O que se verificou é que esta diferença em parte está no fato de que no ano de 2016, cerca de 44 alunos abandonaram seu curso no 1º período, ao passo que no ano de 2019, apenas 4 alunos abandonaram no 1º período, ou seja, 88 alunos estavam em períodos, até mesmo no 10º período, o que elevou o gasto no total evidenciado neste ano.

Já com relação aos valores gastos referentes apenas aos alunos formados entre os anos de 2014 a 2020, verifica-se o valor investido com as mensalidades resultou no montante de R\$ 33.842.876,38 (trinta e três milhões oitocentos e quarenta e dois mil e oitocentos e setenta e seis reais e trinta e oito centavos), pago pelo Município de Presidente Kennedy, conforme pode ser observado na Tabela 8.

Há se destacar que, para os períodos de 2016/1, 2020/1 a 2020/2, não há informações quanto a valores lançados para o Curso Técnico, uma vez que não houve alunos concluintes neste período, o mesmo se aplica nos cursos de Pós-Graduação nos períodos de 2014/1 a 2016/1 e nos cursos de Mestrado, para os períodos de 2014/1 a 2017/2 e 2018/2.

Observa-se, nesta tabela, que o maior investimento, realizado pelo programa, foi com a formação profissional superior, representando aproximadamente 77% dos investimentos realizados, seguido pelo mestrado, com 13% dos investimentos, a pós-graduação com 8% dos investimentos e por último nos cursos técnicos, com apenas 2% dos investimentos que efetivaram em um profissional formado.

Tabela 8. Valores, em reais (R\$), gastos com as mensalidades referentes aos alunos formados em cada período do ano, entre os anos de 2014 a 2020

SEMESTRE/ ANO	TECNICO		GRADUAÇÃO		PÓS		MESTRADO		TOTAL
	TOTAL	POR ALUNO	TOTAL	POR ALUNO	TOTAL	POR ALUNO	TOTAL	POR ALUNO	
2014/1	108.465,21	12.051,69	894.920,40	59.661,36	-	-	-	-	1.003.385,61
2014/2	180.775,35	12.051,69	1.396.612,08	32.479,35	-	-	-	-	1.577.387,43
2015/1	84.361,83	12.051,69	2.708.451,96	49.244,58	-	-	-	-	2.792.813,79
2015/2	120.516,90	12.051,69	3.748.833,36	43.591,09	-	-	-	-	3.869.350,26
2016/1	-	-	467.318,40	42.483,49	-	-	-	-	467.318,40
2016/2	12.051,69	12.051,69	1.487.251,80	34.587,25	28.728,00	4.104,00	-	-	1.528.031,49
2017/1	12.051,69	12.051,69	559.133,40	46.594,45	6.416,00	1.604,00	-	-	577.601,09
2017/2	80.611,20	13.435,20	2.426.772,12	32.356,96	156.120,00	15.612,00	-	-	2.663.503,32
2018/1	26.798,40	8.932,80	1.037.221,44	34.574,05	1.602.432,00	40.060,80	20.544,00	20.544,00	2.686.995,84
2018/2	49.262,40	12.315,60	3.369.416,16	32.089,68	49.976,00	8.329,33	-	-	3.468.654,56
2019/1	24.103,38	12.051,69	1.064.019,84	24.182,27	8.208,00	8.208,00	82.176,00	41.088,00	1.178.507,22
2019/2	12.051,69	12.051,69	2.826.084,60	40.372,64	617.976,00	15.072,59	85.392,00	21.348,00	3.541.504,29
2020/1	-	-	1.429.221,60	49.283,50	104.400,00	5.800,00	2.236.574,40	65.781,60	3.770.196,00
2020/2	-	-	2.790.018,12	55.800,36	30.720,00	4.388,57	1.896.888,96	75.875,56	4.717.627,08
MÉDIA		11.917,92		41.235,79		11.464,37		44.927,43	
TOTAL	711.049,74		26.205.275,28		2.604.976,00		4.321.575,36		33.842.876,38

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos do banco de dados da Comissão do PRODES/PK

Verifica-se, ainda, na Tabela 8 que, considerando apenas os valores pagos às faculdades, o custo médio por aluno concluinte dos cursos técnicos foi de R\$11.917,92 (onze mil novecentos e dezessete reais e noventa e dois centavos). No caso dos cursos de pós-graduação o valor médio foi de R\$11.464,37 (onze mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos), os cursos de graduação ficaram com um custo médio de R\$41.235,79 (quarenta e um mil duzentos e trinta e cinco reais e setenta e nove centavos). Os concluintes do curso de mestrado apresentaram um custo médio de R\$44.927,43 (quarente e quatro mil novecentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos). Aqui se deve esclarecer que este é um custo médio foi obtido considerando todos os valores pagos, independente se foi bolsa parcial ou total.

Quando se soma esses gastos com os gastos dos alunos que abandonaram os cursos (Tabela 7), resulta no valor de R\$ 40.092.291,86 (quarenta milhões, noventa e dois mil, duzentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos).

Ainda é relevante pontuar que o Município de Presidente Kennedy também investe no Transporte Escolar de alunos para o Ensino Infantil, Fundamental, Médio e para o Superior, sendo que a contratação ocorre no mesmo processo licitatório, sendo apenas feita a divisão por lotes dos trajetos a serem percorridos pelos alunos.

Sendo assim, não existe na contratação ou nos dados do PRODES, quantos alunos efetivamente utilizam cada transporte Escolar Universitário, uma vez que a contratação é relacionada à quilometragem a ser percorrida e não por quantidade de alunos a serem transportados.

Na Tabela 9 verifica-se que a contratação específica para o transporte de alunos se deu a partir do ano de 2015. Nos anos anteriores, havia a contratação conjunta com os serviços do Ensino Infantil, Fundamental e Médio. Verifica-se, nesta tabela que o valor total gasto com transporte escolar destes alunos foi R\$29.526.325,10 (vinte e nove milhões quinhentos e vinte e seis mil trezentos e vinte e cinco reais e dez centavos)

Recorrendo à Tabela 3, verifica-se que neste período foram oferecidas 9.260 bolsas, a partir do ano de 2015. Como o contrato das bolsas é realizado por semestre e o contrato do transporte é anual, optou-se por dividir o valor do contrato do transporte por semestre. Assim, verifica-se, na Tabela 9 que em média cada bolsista teve um custo com transporte escolar no valor de R\$3.285,69 (três mil duzentos oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos) por semestre. Este valor

foi calculado considerando que o transporte escolar era utilizado exclusivamente para os bolsistas do PRODES e que todos os bolsistas se beneficiaram deste transporte.

Tabela 9. Valores, em reais (R\$), gastos com transporte escolar dos alunos beneficiados pelo PRODES/PK, entre os anos 2015 a 2020.

ANO	PERÍODO	NÚMERO DE BENEFICIADOS POR PERÍODO	VALOR GASTO (R\$)	
			TOTAL NO PERÍODO	POR ALUNO BENEFICIADO
Contrato	2015/1	544	2.142.166,00	3.937,81
	2015/2	650	2.142.166,00	3.295,64
1º Termo Aditivo	2016/1	789	2.343.248,98	2.969,90
	2016/2	899	2.343.248,98	2.606,51
2º Termo Aditivo	2017/1	902	2.448.695,30	2.714,74
	2017/2	999	2.448.695,30	2.451,15
3º Termo Aditivo	2018/1	868	2.518.350,63	2.901,33
	2018/2	892	2.518.350,63	2.823,26
4º Termo Aditivo	2019/1	726	2.610.406,19	3.595,60
	2019/2	650	2.610.406,19	4.016,01
5º Termo Aditivo	2020/1	729	2.700.295,49	3.704,11
	2020/2	612	2.700.295,49	4.412,25
MÉDIA SEMESTRE		772	2.605.295,49	3.285,69
GASTO NO ANO			29.526.325,10	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos do banco de dados da Comissão do PRODES/PK

Considerando que um curso técnico tem duração de três anos (6 períodos), um curso de graduação tem duração de 4 a 5 anos (8 a 10 períodos), um curso de mestrado tem duração de 2 anos sendo apenas 18 meses presenciais (3 períodos) e o curso de pós graduação tem duração de um ano (2 períodos) foi construída a Tabela 10, em que são apresentados os custos médios por aluno concluinte, considerando as despesas com o transporte escolar.

Como se pode observar nesta tabela, o custo com transporte público foi mais impactante que o próprio valor das mensalidades pagas, considerando um curso técnico com três anos de duração, sendo o custo total de R\$31.632,06 (trinta e um mil seiscentos e trinta e dois reais e seis centavos). Verifica-se também que os cursos de graduação variaram entre R\$67.521,31 (sessenta e sete mil quinhentos e vinte e um reais e trinta e um centavos) R\$74.092,69 (setenta e quatro mil noventa e

dois reais e sessenta e nove centavos), sendo que esta variação se deveu aos valores adicionais do transporte por um ano.

Tabela 10. Estimativa da duração média dos cursos, valores médios com transporte e com faculdade e custo total por aluno concluinte, desembolsado pelo erário da prefeitura de Presidente Kennedy, por meio do programa PRODES

NÍVEL DO CURSO	DURAÇÃO		VALORES GATOS (R\$)			
			TRANSPORTE		GASTO COM FACULDADE	TOTAL ALUNO
	ANOS	PERÍODOS	POR PERÍODO	TOTAL		
TÉCNICO	3	6	3.285,69	19.714,14	11.917,92	31.632,06
GRADUAÇÃO	4	8	3.285,69	26.285,52	41.235,79	67.521,31
GRADUAÇÃO	5	10	3.285,69	32.856,90	41.235,79	74.092,69
PÓS-GRADUAÇÃO	1	2	3.285,69	6.571,38	11.464,37	18.035,75
MESTRADO	1,5	3	3.285,69	9.857,07	44.927,43	54.784,50

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados extraídos do banco de dados da Comissão do PRODES/PK

O curso de pós-graduação, considerando que ele tenha duração presencial de um ano, saiu em média por R\$18.035,75 (dezoito mil trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos) e o mestrado, considerando ser presencial por 3 períodos apresentou custo médio de R\$54.784,50 (cinquenta e quatro mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Com relação aos alunos que abandonaram seus cursos, não foi possível inserir os custos do transporte, uma vez que não foi possível levantar o período em que este bolsista permaneceu estudando. Mas é preciso salientar que durante a vigência de sua bolsa ele teve acesso a este transporte escolar.

4.2 FRAGILIDADES E AVANÇOS DO PROGRAMA – PRODES/ES

É importante destacar que durante a realização da pesquisa, algumas limitações foram evidenciadas face a ausência de informações junto a Comissão do PRODES/PK, uma vez que não há no setor responsável pela Avaliação e Controle do Programa, arquivos estruturados, em sistema de banco de dados com todas as informações sobre o Programa. O que se evidenciou é que o Setor apenas possui arquivo físico interno do PRODES/PK, com documentos pertencentes aos bolsistas, mas sem que estas informações estejam compiladas a fim de permitir a demonstração de resultados, o que caracterizou na fragilidade da análise dos dados.

A respeito das fragilidades, pode ser destacado limitações na apuração dos dados relacionados ao quantitativo de alunos por curso, semestre, ano, por instituição, valores gastos por aluno, no mês e no ano, quantitativo de alunos concluintes, por curso e por instituição, sendo então relacionadas as listagens dos alunos beneficiados por semestre, a fim de quantificar o total de alunos que foram beneficiados no período da amostragem.

Em seguida, foi necessário buscar a relação dos processos de pagamento, a fim de identificar os valores das mensalidades dos alunos concluintes, afim de obter o total gastos por aluno concluintes, procedimento este também adotado para fins de obter o total de alunos evadidos e o valor correspondente.

Deste modo, se tais informações fossem sistematizadas em um banco de dados, a Comissão possuiria maiores detalhes acerca da evolução do Programa, bem como os valores já aplicados, o que contribuiria para subsidiar as decisões dos gestores acerca do assunto.

Ainda sobre a ausência de sistema e arquivo estruturado, ao analisar a Lei Municipal de nº 638 de 2005, a primeira norma que tratava do Programa, pode ser observado que não havia uma atribuição específica para a Comissão, se não a de analisar os documentos dos candidatos a bolsa de estudos.

Entretanto, no ano de 2018, após uma auditoria realizada pela Controladora Geral do Município, houveram modificações na Legislação do PRODES/PK, o qual foi inserido um artigo definindo as atribuições da Comissão do PRODES/PK, que dentre elas constava o dever de:

Art. 8º-B Compete à Comissão de Avaliação e Controle do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior, Técnico e Pós-Graduação as seguintes atribuições:

I - Receber, analisar, registrar e controlar todas as inscrições de todos os Requerentes protocoladas no Protocolo Geral;

[...]

XIII - Manter organizado o arquivo físico interno do setor de coordenação do PRODES, no qual devem ser catalogados e ordenados todos os documentos pertencentes aos Requerentes conforme o nível de ensino cursado pelos Requerentes;

Deste modo, ao que se observa pelo disposto na Lei, desde o ano de 2018, já era de competência da Comissão, realizar o controle das informações relacionadas ao Programa e os beneficiados.

Conforme pôde ser evidenciado através da análise dos dados obtidos junto a Comissão do PRODES/PK, a falta de documentos e arquivos da Comissão com as

informações detalhadas acerca de todos os alunos, dificulta na condução dos processos administrativos dentro da própria rotina administrativa da Comissão.

Assim, frente ao número de bolsas concedidas e em razão do elevado nível de recursos financeiros aplicados ao programa, seria necessário ao mínimo a Comissão possuísse sistema de controle de dados com os cadastros de todos os alunos contendo, informações gerais, pessoais, sociais, além da evolução acadêmica em termos de desempenho, os valores totais do curso, e por período, a fim de permitir a compilação dos dados, favorecendo assim, a apuração do rendimento dos alunos e do Programa em si.

Ainda convém destacar que dentre as fragilidades encontradas está a ausência de efetiva atuação do Serviço de Orientação Profissional – SOP o que contribuiu para os casos de evasão escolar (TONON, 2020) e em decorrência disso, resultado no dispêndio de recurso público, que conforme mostrado, acarretou na evasão de 454 alunos.

Registra-se que além das fragilidades evidenciadas nesta pesquisa, foi possível identificar avanços ocorridos no programa, uma vez que a norma que o rege sofreu mudanças no decorrer do tempo, a fim de permitir melhor regulamentação ao programa, das quais podem ser destacadas alterações nas exigências para a concessão do benefício, dentre as quais cita-se o aumento para 10 (dez) anos de comprovação de residência no Município.

Outras alterações de relevância, está na ampliação do rol de documentos exigidos no ato da inscrição dos munícipes, o qual os alunos terão que apresentar a Declaração Imposto de Renda de pessoas da Família, ainda deverá ser apresentado semestralmente o “Atestado de Não Repetente” como critério de manutenção da bolsa de estudos.

Há que se destacar ainda a mudança na norma referente ao percentual destinados de cursos voltados para as áreas identificadas no Planejamento Estratégico Municipal, restando reservado 50% (cinquenta por cento) das vagas oferecidas de bolsas, além do fato de que bolsa de pós-graduação será concedida ao beneficiário do PRODES/PK no valor de até 50% (cinquenta por cento) do curso, mediante prioridade nas áreas identificadas no Planejamento Estratégico Municipal, entretanto, ambas alterações ainda não foram postas em prática pelo gestão municipal.

Além disso, mesmo com a edição na nova Lei do PRODES, no ano de 2018, não foram aplicadas as novas regras do Programa, uma vez que foram feitas novas adequações das regras contidas nas normas que regulamentam o PRODES, através da Lei Municipal de nº 1.367/2018, que reformulação da Lei Municipal nº 638/2005, que Institui o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior no Município de Presidente Kennedy - PRODES/PK, que alterou, incluiu e revogou alguns artigos, para que o procedimento de concessão das bolsas fosse adequado as necessidades atuais do Programa de Concessão de Bolsas de Estudos.

Desse modo, ainda persiste a situação no qual os alunos que estão sendo beneficiados pelo Programa não estão optando pelas áreas de propenso crescimento, uma vez que dados constantes no Planejamento Estratégico do Município de Presidente Kennedy 2018-2035, existem muitos subsetores que estão vazios de emprego formal, especialmente os relacionados a indústria.

Uma importante alteração da Lei está no fato de que os alunos deverão assumir os encargos financeiros decorrentes da reprovação em regime de dependência, sob pena de desligamento do programa, além de ter que restituir aos cofres o montante gasto devidamente corrigido, nos casos de violação dos requisitos legais e regulamentares do Programa Municipal, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Outra situação que merece destaque é o montante gasto com a manutenção do PRODES a cada ano desde 2014 até 2020, isso considerando apenas os bolsistas concluintes, sem incluir novos beneficiários e os que estão ainda cursando e que também são beneficiários do Programa.

4.3 PRODUTO FINAL

Como produto final da pesquisa, foi elaborado um Folder (Apêndice C) que deverá ser entregue a todos os alunos, profissionais do PRODES/PK e aos Gestores da SEME e da Administração, a fim de permitir uma melhor análise dos indicadores e resultados do Programa.

O documento ainda permitirá apresentar as diretrizes atuais, nos aspectos técnicos e política do programa.

Desse modo, o Folder servirá como instrumento para mostrar todos os aspectos identificados na pesquisa, tornando-se um relevante instrumento, uma vez

que se trata de um programa que acarreta para o Município no elevado nível de recursos públicos disponibilizados através da concessão de bolsas.

Por fim, convém destacar que o PRODES/PK, no período de 8 anos, quase que dobrou o número de habitantes com o Ensino Superior no Município, sendo então um programa de relevância para o desenvolvimento do Município de Presidente Kennedy/ES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou identificar como o programa PRODES – PK está contribuindo para o desenvolvimento do Município de Presidente Kennedy-ES, uma vez que é através deste programa que é ofertado aos munícipes a capacitação e qualificação profissional, que nos dias atuais é um importante diferencial no que tange ao mercado de trabalho.

Nesse aspecto, tem-se que a educação é um mecanismo que permite preparar o indivíduo a participar da sociedade, permitindo ainda mudanças no aspecto pessoal, e social, a fim de participar ativamente da democracia.

Desta forma, a educação profissional possui um relevante papel no desenvolvimento regional ou local, vez que produz conhecimento que se reflete na qualidade de vida do indivíduo e de seu contexto social, sendo então um fenômeno que propulsiona o desenvolvimento econômico e social.

Todavia, no Brasil o acesso ao Ensino Superior ainda não é uma realidade para todos, e em decorrência disto, através do Governo Federal políticas públicas foram desenvolvidas e implantadas, seja através de ações de forma direta em instituições públicas, quer indireta, através da concessão de bolsas de estudos e linhas de financiamentos, em instituições privadas, com a finalidade de promover o crescimento e desenvolvimento do país através da educação superior, sendo através desses programas oportunizado à população de baixa renda o acesso ao nível superior, na busca pela qualificação profissional.

Na esfera Federal, vários foram os programas voltados a promoção do ensino superior à população, na esfera Estadual, alguns Estados também realizaram a implantação de programas voltados ao fomento da educação superior, e em âmbito Municipal, o Município de Presidente Kennedy, no ano de 2005, criou o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico do Município de Presidente Kennedy-PRODES/PK.

Este programa apresenta diversas fragilidades, porém foi identificado que ao longo dos anos ele vem sendo adaptado e readequado para melhor atender aos cidadãos kenedenses.

Através dos seguintes indicadores de resultados do programa, identifica-se que o município de Presidente Kennedy, a fim de garantir o exercício da plena cidadania aos seus munícipes, oferta bolsas de estudos para Cursos Técnicos, de

Graduação e Especialização, lato sensu ou stricto sensu, no qual já foram ofertadas 10.578 bolsas de estudo, desde sua criação até o segundo semestre de 2020.

Este programa abriu as portas para que os munícipes pudessem se qualificar, deslocando-se até outros municípios para realizar o curso tão desejado. Destas bolsas concedidas, até o final de 2020 já se contabilizaram 927 pessoas que conseguiam realizar seus cursos, sendo que destes 72% se graduaram em curso superior.

A falta de critérios na seleção dos candidatos, a falta de uma orientação na escolha do curso e do acompanhamento dos bolsistas ao longo da realização do curso, proporcionaram um elevado índice de abandono destes cursos, por parte dos bolsistas. Este número, até o ano de 2020 chegou a 454 bolsistas. Mostrando aqui a relevância de se estabelecer um sistema de aconselhamento do candidato à bolsa no momento da escolha de seu curso e do monitoramento deste bolsista ao longo de sua vida acadêmica. Pois estes abandonos causaram um prejuízo ao erário municipal de R\$ 6.577.550,58 (seis milhões quinhentos e setenta e sete mil quinhentos e cinquenta reais e cinquenta e oito centavos).

Diante ao exposto conclui-se que:

- A ausência de um banco de dados com o acompanhamento da vida acadêmica dos bolsistas, contendo todas as informações, pertinentes, sobre o beneficiado, incluindo os custos para com este candidato dificultou a coleta dos dados;
- É preciso criar um sistema integrado de seleção de candidatos e de acompanhamento da vida acadêmica dos bolsistas para dar mais transparências ao programa;
- A falta de um programa de auxílio aos candidatos no seu direcionamento vocacional e de um programa de acompanhamento destes bolsistas pode comprometer severamente a vida do programa PRODES;
- O programa tem contribuído expressivamente para aumentar o número de cidadãos com curso superior, além de proporcionar a sua especialização em diversas áreas do conhecimento;
- O programa tem contribuído para desenvolvimento pessoal dos cidadãos, e o desenvolvimento social e econômico do município;

- O programa tem uma expressiva relevância social por proporcionar aos cidadãos kennedense a oportunidade de se capacitar profissionalmente, oferecendo-lhes bolsa e transporte para estudarem em instituições particulares em outros municípios.

Finalizando, considerando os recursos envolvidos nesta política pública municipal, bem como a população já contemplada com o programa, entende-se que o PRODES – PK é um investimento forte, uma ação rica em benefícios para com os cidadãos kennedenses, mas que exige um acompanhamento para verificação do fluxo dos resultados desse programa, para que continue contribuindo para o crescimento das pessoas e do Município.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, C. S.; ZANATTA, A. L.; GARCIA, F. T. Mercado de trabalho na área de TI e a formação superior no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista eletrônica de Sistema de Informação**, v. 12, n. 1, p. 1-17, jan-mai 2013.
- ANTUNES, R. Trabalho e superfluidade. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- ASSUMPÇÃO, G. de S; CASTRO, A. de C.; CHRISPINO, A. Políticas Públicas em educação superior a distância – Um estudo sobre a experiência do Consorcio Cederj. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.26, n. 99, p. 445-470, 2018.
- AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M, C. Inovação e empreendedorismo na Universidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- BARROS, A. da S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educ, Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015.
- BARROS, C. F. R. Universidade e mercado de trabalho: a trajetória social dos alunos cotistas egressos da Faculdade de Serviço Social da Uerj. EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2019 _ n. 43, v. 17, p. 172 – 186.
- MEC. Ministério da Educação e Cultura. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf. Acesso em 14 jul. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 de maio de 2020.
- _____. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. **Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10260.htm. Acesso em 03 de out. 2020.
- _____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em 02 de fev. de 2021.
- _____. Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em 03 de out. 2020.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 03 de out. 2020.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 03 de out. 2020.

_____. Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017. **Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13530.htm#art1. Acesso em 03 de out. 2020.

BROCCO, A. K. “Aqui em casa a educação é muito bem-vinda”: significado do ensino superior para universitários bolsistas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 98, n. 248, p. 94-109, 2017.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em 02 de fev. 2021.

CNI - Confederação Nacional da Indústria. **Sondagem Especial**. Brasília, ano 20, n. 76, jan. 2020.

CORREIA, A. R. B. **Políticas Municipais de Juventude como garantia de permanência no ensino superior: ações do entorno do centro de formação de professores da UFRB**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Segurança Social), Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, Bahia, 2016.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: **500 anos de Educação no Brasil**. Organizado por Eliane Marta T. Lopes; Luciano Mendes e Cyntia G. Veiga. (Orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DEBASTIANI, A.; FLACH, L; MATTOS, L. K; políticas públicas para a educação superior e desenvolvimento local. 2018. Disponível em: http://www.gestaouniversitaria.com.br/system/scientific_articles/files/000/000/440/original/Gest%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_Pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_para

_o_ensino_superior.pdf?1532227054. Acesso em 02 fev. 2021.

DIAS, J. A. A importância da educação profissional para o mercado de trabalho contemporâneo. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Bahia, v. 01, p. 1-9, jun. 2019.

DINIZ, T. M. R. G. O estudo de caso: suas implicações metodológicas na pesquisa em serviço social. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa, n. 1).

FAPES – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo. **Programa nossa Bolsa**. Disponível em: < <https://fapes.es.gov.br/nossabolsa>>. Acesso em 11 out 2020.

FERREIRA, S. A. P. R. **As repercussões do ProUni na vida profissional dos Egressos da Unama**. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 4, jul-ago. 1995.

GOERGEN, P. **Educação e Sociedade e as Políticas Públicas em Educação**. Educação, Sociedade, Campinas, v. 40, 2019

GOMES, V.; MACHADO-TAYLOR, M. L; SARAIVA, E. V. O ensino superior no Brasil: breve histórico e caracterização. **Ciência & Trópico**, Recife, v.42, n. 1, p. 106-129, jan.-jul. 2018.

HERNANDES, P. R. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.25, n. 95, p. 283-307, 2017.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUIAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em 24 de nov. de 2020.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUIAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/No

tas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2018.pdf. Acesso em 24 de nov. de 2020.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUIAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB resultados e metas**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1189965>. Acesso em 09 out 2020.

JESUS, J. A. S. **A política de Expansão e interiorização do Ensino Superior através da Universidade Aberta do Brasil: a experiência da UNIVASF no Vale do Submédio São Francisco**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, Bahia, 2016.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, jan-abr. 2008.

MCCOWAN, T. Existe um direito universal à educação Superior? **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n.01, jan. 2020.

MEC. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 16 de dez de 2020.

_____. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/modalidades-especializadas-de-educacao/programas-e-aco-es-semespii#:~:text=Principais%20Resultados%3A%20Em%202019%2C%20foram,aproximado%20de%20203%2C9%20milh%C3%B5es>. Acesso em 02 de fev. de 2021.

_____. Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e da outras providencias. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30550825. Acesso em 02 de fev. de 2021.

MORAES, R. C. C. Educação a distância e efeitos em cadeia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 547-559, 2010.

OLIVEIRA, A. C. CÓSSIO, M. F. O Atual Cenário da Educação Profissional no Brasil. **In: XI Congresso Nacional da Educação**. Curitiba. 2013.

ONUBR - NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em https://trello-attachments.s3.amazonaws.com/56144c98a4fd31edb5227151/5a207fd955d08cf17478f15a/375438e219c466a9e5a0c3a98d539a57/Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_Livreto_70_Anos.pdf. Acesso 16 dez. de 2020.

PANIZZI, W. M. **Pronunciamento II Reunião Plenária do Conselho Universitário Ibero-americano**. Andifes, Brasília, 2004.

PASTORE, J. **A construção dos talentos. O Estado de São Paulo.** 2010. Disponível em: http://www.josepastore.com.br/artigos/ed/ed_048.htm. Acesso em 26 de set 2020.

PAULA, R. M. et al. Aplicação do modelo hélice tríplice para incentivar o processo de inovação: a experiência da empresa Prática Produtos S/A. In: CONGRESSO LATINO-IBEROAMERICANA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA, 15., 2013, Porto, Portugal.

PEREIRA, G. M. C. et al. Panorama de oportunidades para os egressos do ensino superior no Brasil: o papel da inovação na criação de novos mercados de trabalho. **Ensaio: aval. Pol. Púb. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 179-198, jan-mar 2016.

PNE - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Situação das metas dos planos de educação.** 2014 a 2024. Disponível em: http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php. Acesso em 22 de ago. 2020.

PORTAL BRASIL. Sistema Educacional - Ensino Superior. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/categorias?id=educacao-e-pesquisa>>. Acesso em 26 de set de 2020.

PRESIDENTE KENNEDY. Lei nº 638, de 05 de maio de 2005. **Institui o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior no Município de Presidente Kennedy e dá outras Providências.** Disponível em: <>. Acesso em 16 de mai. de 2020.

_____. Lei nº 1.487, de 27 de agosto de 2020. **Dispõe sobre o novo regime jurídico para o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior no Município de Presidente Kennedy e dá outras Providências.** Disponível em: <http://legislacaocompilada.com.br/kennedy/Arquivo/Documents/legislacao/html/L14872020.html>. Acesso em 09 de set. de 2020.

_____. Lei nº 1.367, de 05 de fevereiro de 2018. **Altera a Lei Municipal nº 638/2005, que institui o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior no Município de Presidente Kennedy e dá outras Providências.** Disponível em: <<http://legislacaocompilada.com.br/kennedy/Arquivo/Documents/legislacao/html/L13672018.html>>. Acesso em 09 de set. 2020.

_____. Planejamento Estratégico Presidente Kennedy 2018-2035. **Futura.** 2017. Disponível em: <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/filemanager/Livro%20para%20o%20site.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

RAPINI, M. S. Interação Universidade Empresa no Brasil: Evidências do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. **Estud. Econ.**, Rio de Janeiro, v.37, n.1, p.211-233, 2007.

SANTANA, H. F. **O direito público subjetivo à educação face à teoria geral dos direitos fundamentais sociais: uma reflexão necessária para garantia da**

efetividade do direito educacional. Revista do CEPEJ, Salvador, v. 21, p. 275-311, jul-dez 2019.

SANTOS, L. S.; FREITAS, U. R. P. **Pensando a Educação Superior e o desenvolvimento da Bahia à luz da Teoria do Crescimento Endógeno.** Revista Desenbahia, n. 12, mar. 2010, p. 67-91. Disponível em <<http://www.desenbahia.ba.gov.br/publitao/arquivos/arquivos/9e553f1119a04877b4a24f518c0c77ba.pdf>>. Acesso em 26 de set. 2020.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

STOLF, F. **Assistência estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina: Uma análise inicial do programa bolsa estudantil.** Florianópolis, SC, 2014. 156 p.

SOBRINHO, J. D. Educação Superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação: Revista da avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, UNICAMP e UNISO, v. 18, n. 1, p. 107-126, 2013.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, p. 20-45, 2006.

SOUZA, D. L.; JUNIOR, L. G. C.; FERRUGINI, L.; MEDEIROS, N. C. D. **Acesso à Educação Superior e Desenvolvimento Regional: como esses construtos se relacionam?** Gestão e Regionalidade, v. 30, n. 89, pa. 75-89, maio-ago 2014.

TONON, M. T. **Evasão na educação superior os alunos beneficiários do programa de desenvolvimento do ensino técnico, superior e pós-graduação - PRODES – Presidente Kennedy.** Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação), Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, Brasil, 2020.

UNESCO. **Tendências da educação superior para o século XXI.** Brasília, DF: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1999.

VALE, A. A. do, et al. **Políticas Públicas para educação superior.** São Paulo: Xamã, 223 p, 2014.

WERTHEIN, J. **O direito à educação como direito público: implicações para o livro e a leitura.** Revista Ibero-americana de Educación, n.º 42, p. 153-157, 2006.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

O Município de Presidente Kennedy, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob o nº. 27.165.703/0001-26, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, tem ciência e autoriza a realização da pesquisa intitulada: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO – PRODES PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY, sob responsabilidade da pesquisadora Claudia Marcia Fricks Jordão Belonia Terra, Mestranda em Ciência, Tecnologia e Educação na Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus, sob a Matrícula nº. 00240, nas dependências da Comissão do Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Superior e Pós-graduação – PRODES. Para isto, serão disponibilizados a pesquisadora documentos para análise.

Presidente Kennedy/ES, 02 de 03 de 2021.


Fátima Agrizzi Ceccon
Secretária Municipal de Educação

Fátima Agrizzi Ceccon
Secretária Municipal de Educação
Estado nº 625213

APÊNDICE B - CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA COMISSÃO DO PRODES/PK

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

O Município de Presidente Kennedy, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob o nº. 27.165.703/0001-26, neste ato representado pela Presidente da Comissão do PRODES/PK, tem ciência e autoriza a realização da pesquisa intitulada: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO – PRODES PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY, sob responsabilidade da pesquisadora Claudia Marcia Fricks Jordão Belonia Terra, Mestranda em Ciência, Tecnologia e Educação na Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus, sob a Matrícula nº. 00240, nas dependências da Comissão do Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Superior e Pós-graduação – PRODES. Para isto, serão disponibilizados a pesquisadora documentos para análise.

Presidente Kennedy/ES, 02 de 03 de 2021.

Viviani de Almeida Terra Rainha
Membro da Comissão do
PRODES/PK
Viviani de Almeida Terra Rainha
Presidente da Comissão do PRODES/PK

APÊNDICE C - FOLDER INSTITUCIONAL DO PRODES/PK.

ENTENDA A IMPORTANCIA DO PRODES/PK

PRODES/PK - Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico,
Superior e Pós-Graduação para o Município de Presidente Kennedy-ES

Bolsas de Ensino Gratuitas

O PRODES-PK é um programa de incentivo e capacitação técnica, por meio da oferta de bolsas de estudos para Cursos Técnicos, Superior, Pós-graduação, Mestrado e Doutorado nas diversas áreas do conhecimento. Disponibiliza também, o custeio do transporte escolar. Essas bolsas são direcionadas aos munícipes que atendam aos requisitos do programa.

1





Desenvolvimento Intelectual

Além da exigência do mercado de trabalho, a educação promove o desenvolvimento do intelecto e uma consciência crítica, permitindo ao indivíduo atuar na sociedade, promovendo melhorias sociais. Pois o saber tem se tornado uma força produtiva.

2

Qualificação Profissional

A capacitação e a qualificação profissional, nos dias atuais, é um importante diferencial no que tange ao mercado de trabalho, uma vez que o mercado globalizado vem exigindo, dos cidadãos, cada vez mais habilidades e preparo para assumir um posto de trabalho.



Desenvolvimento Social

Não há dúvidas de que o desenvolvimento de um país está associado a educação e força de trabalho qualificada. Deste modo, uma formação intelectual é condição para o desenvolvimento da autonomia do indivíduo, é o caminho para promover a transformação e o desenvolvimento social de um país, sendo o liame de construção de uma sociedade menos desigual.

3



Desenvolvimento Local

Assim, com o advento e a produção do conhecimento, ocorre o desenvolvimento do ambiente local. A educação possui um relevante papel no desenvolvimento regional e local, vez que produz conhecimento que se reflete na qualidade de vida do indivíduo e de seu contexto social, sendo então um elemento que impulsiona o desenvolvimento econômico e social.

4



5

5

Oferta no Ensino Superior

Estudos indicam que no Brasil, o maior número de cursos ensino superior são oferecidos na rede privada, e que há certa dificuldade da população em ingressar no Ensino Superior através da rede pública. Como consequência disso, o número de concluintes na rede privada é quatro vezes maior do que a rede pública. Nesse aspecto, evidencia-se que o PRODES é um programa que garante ao município de Presidente Kennedy maior acesso à educação tecnológica e superior, uma vez que permite aos alunos ingressarem no Ensino Técnico e Superior da rede privada, fornecendo bolsas de estudo.

Informações sobre o PRODES/PK

O "PRODES" foi implantado no Município através da Lei Municipal de nº 638, de 05 de maio de 2005.

Todavia, somente por meio da Lei Municipal de nº 890 de 18 de maio de 2010, é que efetivamente o programa começou a ser implantado, visando assegurar a concessão de bolsas de estudo aos municípios adultos.

No ano de 2013, a "lei do PRODES" sofreu novas modificações, sendo regulamentada pelo Decreto Municipal nº 08/2013, definindo que para ser beneficiário do programa, o município deveria comprovar renda per capita de até 02 (dois) salários mínimos, além de comprovar residência no Município pelo período mínimo de 05 (cinco) anos consecutivos.

Em 2017 foi criado o Serviço de Orientação Profissional (SOP) o qual tem por finalidade dar apoio e orientar os candidatos na escolha de um curso compatível com suas aptidões, mantendo um serviço de acompanhamento por uma psicóloga que compõe a comissão. Até então a bolsa era integral.

No ano de 2020, houve a revogação da Lei nº 638/2005 através da Lei nº 1.487, de 27 de agosto de 2020, que tratou de modificar os critérios de concessão das bolsas, das quais se destaca que as vagas em cursos de graduação, serão 50% (cinquenta por cento) para as áreas destinadas no Planejamento Estratégico Municipal, quais sejam: agropecuária; agroindústria; turismo; logística; petróleo e gás, no qual foi reservado o percentual de 10 (dez por cento) das vagas nos cursos para pessoas com deficiência.

Como o PRODES/PK está contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Município de Presidente Kennedy-ES?

É notória a importância que os benefícios concedidos pelo Programa do PRODES promovem para a população de Presidente Kennedy, frente ao número de alunos que já concluíram um curso de graduação e os que ainda estão inseridos no programa.

Através deste programa de formação e especialização, muitos dos municípios, que foram contemplados com bolsas, buscaram especialização nas áreas de formação. Assim, além de possuírem melhor qualificação, os permitem obter melhor classificação nos processos de seleção seja em âmbito municipal ou não. Outro destaque está no desenvolvimento cultural e intelectual dos beneficiados do PRODES/PK, o que acarreta na mudança do ambiente social a qual está inserido, uma vez que, ao longo dos anos só tem crescido o número de pessoas que buscam a qualificação.

O PRODES/PK desde sua criação em 2005 até o final de 2020, já proporcionou que 927 pessoas se formassem. Destes, 59 se formaram em cursos técnicos, 668 em cursos de graduação, 134 em cursos de pós-graduação e 66 em cursos de mestrado;

O Programa já disponibilizou 10.578 bolsas de estudo semestrais até o ano de 2020;

A soma dos gastos com os alunos concluintes entre os anos de 2014 a 2020, foi de R\$ 33.842.876,38 (trinta e três milhões oitocentos e quarenta e dois mil oitocentos e setenta e seis reais e trinta e oito centavos), o que leva a um custo médio, por aluno, até então, de R\$36.507,96 (trinta e seis mil quinhentos e sete reais e noventa e seis centavos). Neste valor não está incluso os gastos com transporte escolar.

Tomando por base o Censo do IBGE de 2010, até o final de 2020, o PRODES já proporcionou que 9,24% da população, com idade para cursar o Ensino Superior, fosse beneficiada, obtendo um curso técnico ou superior e, considerando os cursos de pós-graduação e mestrado, este número elevou-se para 11, 7%.

Comissão do PRODES

Procure a Secretaria Municipal e Educação, ou vá até a Comissão do PRODES/PK, localizada na Praça Manoel Fricks Jordão, s/n, Térreo Residencial Baiense, Centro. Contato de e-mail: prodes@presidentekennedy.es.gov.br. Telefone: (28)3535-1024.